Tribunal unânime confirma: são ficha-suja

TRF rejeita recursos de Lula e de Cunha contra condenações

HORA DO POVO
ANO XXVIII - Nº 3.618 28 e 29 de Março de 2018

Marlene Bergamo - Folhapress

Lula recebe ovos em São Miguel do Oeste, Santa Catarina. Já Gilmar Mendes tem recebido tomates

AFP

Cunha, que está preso, perdeu recurso no mesmo dia

Para Geddel, por "similaridade" com Lula, STF tem que soltá-lo, pois acusações são só "ilações e suposições"

Para atrasar Justiça, a defesa anunciou um embargo do embargo

Na última segunda-feira, o TRF-4 recusou os recursos de Lula e Eduardo Cunha, condenados, respectivamente, a 12 anos e um mês e a 14 anos e seis meses de cadeia por corrupção. Os recursos tinham o objetivo de postergar a execução da pena. A defesa de Lula anunciou que vai recorrer outra vez sobre as mesmas questões – os chamados "embargos dos embargos". Já a defesa de Cunha pretende requerer ao STF o mesmo privilégio de Lula, de ficar solto até o julgamento de habeas corpus. Afinal, a lei deve ser a mesma para todos os ladrões... **Pág. 3**

Lula pede para que a polícia dê "um corretivo" em manifestante que o hostilizava em São Miguel

Depois de protestos em Bagé, Santa Maria, São Borja e Chapecó, Lula foi alvo de uma chuva de ovos, em São Miguel do Oeste (SC), que fez sumir o lulinha-paz-e-amor. Do palco, e embaixo do guarda-chuva, Lula disse que esperava que a PM entrasse no imóvel "para pegar esse canalha e dar o corretivo nele, que ele precisa ter". **Pág. 3**

Moro determina o sequestro de US$ 5 milhões de Eduardo Cunha

O juiz Sérgio Moro, responsável pelas ações da Operação Lava Jato em primeira instância, determinou o arresto de US$ 5 milhões do patrimônio do ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). A medida abrange confiscos de três imóveis e uma fração de outra propriedade no Rio, e é relativa à corrupção nos contratos dos navios-sonda Petrobrás 10000 e Vitória 10000. **Página 3**

Picareta diz ao Supremo que os 51 milhões em apartamento era uma "simples guarda de valores"

A defesa de Geddel Vieira Lima pediu ao Supremo Tribunal Federal a revogação de sua prisão, alegando que os R$ 51 milhões flagrados em seu bunker é uma "simples guarda de valores em espécie". O pedido, encaminhado na sexta-feira ao ministro Edson Fachin, tem como base o salvo-conduto concedido pelo tribunal a Luiz Inácio Lula da Silva até o julgamento de seu habeas corpus. Os advogados citaram o julgamento e pleitearam a similaridade. **Pág. 3**

Romero Jucá quer usar grana da Previdência para engordar fundo eleitoral dos partidos ficha-suja

ABr

O senador Jucá (PMDB-RR), líder do governo e presidente nacional do partido, defendeu que parte do recurso arrecadado com a reoneração da folha de pagamento das empresas seja usado para engordar o fundo eleitoral. **P. 2**

Igor Brandão

Multinacional que envenenou Pará tem 400 milhões de reais por ano em isenção fiscal

O presidente do Sindifisco do Pará, Antonio Catete, aponta em artigo que a política de isenção fiscal para as mineradoras, a partir da Lei Kandir, premia as multinacionais responsáveis pelos desastres ambientais ocorridos no país. Somente a Hydro tem uma renúncia fiscal de R$ 400 milhões por ano. **Pág. 4**

1 REAL BRASIL

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

China analisa se livrar dos títulos americanos em resposta a Trump

"Estamos analisando todas as opções", afirmou o embaixador chinês nos EUA, Cui Tiankai, ao ser indagado pela Bloomberg se a China poderia deixar de comprar títulos do Tesouro dos EUA, em resposta às medidas de guerra comercial anunciadas por Trump, com sobretaxas de US$ 60 bi a produtos chineses. **Pág. 7**

AFP

800 mil nas ruas de Washington contra cartel da violência

Convocada pelos sobreviventes do massacre a tiros na escola Marjory Stoneman Douglas, ocorrido há 40 dias, a 'Marcha Por Nossas Vidas' em Washington exigiu medidas urgentes contra a violência nos EUA e a corrupção do cartel do Rifle. 800 mil participaram da maior manifestação de jovens desde o Vietnã. Insistência de Trump em afrontar as vítimas, mantendo a venda dos AR-15 e propondo armar professores, empurrou a garotada às ruas. A neta de Martin Luther King, Yolanda Renee, anunciou: "vamos ser uma grande geração". P. 7

Informalidade derruba mercado interno e consumo

Pág. 2

Queda do emprego com carteira deprime as vendas das empresas

Reprodução Infosaj.com.br

Com a renda achatada e sem acesso ao crédito, trabalhadores sem carteira reduzem consumo e mercado diminui

O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgado na sexta-feira (23), registra que foram criados 61.188 postos de trabalho com carteira assinada em fevereiro. Ainda conforme o Caged, entre 2015 e 2017, foram fechadas 2,8 milhões de vagas formais. O número de vagas abertas, segundo o Caged, em fevereiro, está, portanto, muito longe de recuperar o que foi perdido em empregos desde 2015. Faltam ainda 2,7 milhões para o emprego retornar ao patamar de antes da crise.

Além da pequena geração de empregos formais, incapaz de fazer frente aos 12,3 milhões de desempregados - ou aos mais de 26,4 milhões de subempregados e 4,4 milhões que desistiram de buscar trabalho -, o governo comemora a criação de empregos informais, 1,8 milhão no ano passado.

Informalidade implica em perda de direitos, como o previdenciário e, em conseqüência, auxílio-doença, salário-maternidade etc. Além disso, o trabalhador informal recebe metade do trabalhador com carteira assinada. Resultado: contração do mercado interno, isto é, os trabalhadores vão consumir menos afetando a atividade econômica. O que contradiz o engodo do governo de fim da recessão e "retomada forte" do crescimento.

De acordo com os números do Caged de fevereiro, o salário médio real na admissão era R$ 1.502,68 e no desligamento, R$ 1.662,95, o que dá uma média de R$ 1.582,81 (deflacionado pelo INPC). Portanto, temos em média um salário de R$ 791 para um trabalhador informal, menor que um salário mínimo.

A conclusão é óbvia: não é de interesse nacional a geração de emprego precário (sem direitos) aliado ao arrocho salarial, que, somado a outros fatores como os juros siderais e o corte de investimentos, joga água no moinho da estagnação.

No fim de 2011, eram 39,9 milhões de trabalhadores com carteira. No fim de 2017, são 38,4 milhões. No mesmo período, o país saiu do pleno emprego para uma situação em que há 12,3 milhões de desempregados, 26,4 milhões de subempregados e 4,4 milhões que desistiram de buscar trabalho.

Esse é o retrato cruel da política neoliberal – juros siderais, corte de investimentos, privatização, arrocho salarial etc. -, adotada por Dilma e exacerbada por Temer, que alardeia uma pseudo recuperação econômica, com o país com a economia no fundo do poço, que redundou no desemprego em massa.

Qualquer "recuperação" que seja baseada em emprego informal não se sustenta. Além do que já foi dito sobre a perda de poder de compra dos empregos informais, sem carteira assinada, eles não dão segurança nenhuma para as famílias voltarem a consumir com força, já que essas pessoas estão trabalhando em condições muito instáveis.

Para especialistas, a conclusão de que a informalidade prejudica o mercado interno se baseia no cruzamento de dados. Em 2017, foram criadas 1,8 milhão de vagas— todas no setor informal. Com carteira, foram perdidas 685 mil vagas. "A propensão a consumir de um empregado formal, que tem mais segurança e acesso ao crédito, é maior do que a de um informal", diz Marcelo Gazzano, economista da consultoria AC Pastore.

Outro aspecto a ser considerado é que na geração dos 61,188 mil postos de trabalho formais no mês passado está incluído o trabalho intermitente (2.660 admissões), o trabalho parcial total (6.490 admissões) – até 30 horas semanais - e o trabalho parcial acima de 24 horas (2.218 admissões). Ou seja, 11.360 empregos formais precários. Esses empregos intermitentes também significam redução do poder de compra, já que os salários são reduzidos.

O trabalho intermitente estabelece a alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas e até meses. É uma aberração que só serve para mascarar o desemprego ou, dito de outra forma, para falsificar a geração de emprego formal e passar a ideia de recuperação: "Esses resultados confirmam a recuperação econômica e a retomada dos empregos. As medidas adotadas pelo governo foram acertadas e estamos otimistas que esses números se repetirão ao longo do ano", afirmou cinicamente o ministro interino do Trabalho, Helton Yomura, em nota. Nada mais falso.

Segundo o Caged, a "modernização trabalhista" de Temer registrou ainda, em fevereiro, 11.118 desligamentos mediante acordo entre empregador e empregado, envolvendo 8.476 estabelecimentos. Esse tipo de acordo prevê que o contrato de trabalho pode ser encerrado de comum acordo - leia-se por livre e espontânea pressão -, com pagamento de metade do aviso-prévio e metade da multa de 40% sobre o saldo do FGTS. O empregado só poderá movimentar até 80% de conta do FGTS e não tem direito ao seguro-desemprego. Em um momento de fragilidade – desempregado -, o trabalhador tem seus direitos reduzidos.

Romero Jucá defende que recursos da Previdência engordem fundo eleitoral

O senador Romero Jucá (PMDB/RR), líder do governo e presidente nacional do partido, defendeu que parte do recurso arrecadado com a reoneração da folha de pagamento das empresas seja usado para engordar o fundo eleitoral.

O fundo bilionário, criado para financiar as campanhas eleitorais com recursos públicos, nada mais é que uma trama concebida para substituir a propina das empreiteiras por dinheiro do contribuinte e financiar os partidos e políticos investigados pela Lava Jato, a exemplo do PMDB, PT e PSDB. Sua constituição já avançou sobre recursos da saúde e educação, podendo agora garfar dinheiro que deveria ir para a Previdência.

A desoneração da folha salarial no governo Dilma atingiu o Cofins e o PIS, duas fontes de financiamento da Previdência. Agora, com a possível reoneração, esses recursos devem ir para onde manda a Constituição e não serem usados para outros fins. Estima-se, com essa medida uma arrecadação extra de cerca de R$ 8 bilhões.

Na semana passada, Temer indicou que pretende utilizar parte dos recursos gerados pela reoneração com a intervenção federal no Rio de Janeiro. Mas Jucá está tentando convencer o governo que parte do dinheiro atenda aos políticos, querem se reeleger para manter o foro privilegiado e fugir do juiz Sérgio Moro e de Curitiba.

A proposta é criticada por setores do próprio governo.

A ideia de Jucá incomodou também o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM/RJ), que criticou a proposta: "Se o dinheiro é para fundo eleitoral, vamos gerar desemprego para isso?", questionou.

Governo bloqueia mais R$ 2 bi do Orçamento

O Ministério do Planejamento divulgou na quinta-feira (22) o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 1º bimestre de 2018, com corte de mais R$ 2 bilhões no Orçamento, elevando para R$ 18,2 bilhões de verbas contingenciadas este ano.

Segundo o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, o governo conta com a aprovação da desoneração da folha de pagamento para compensar o "contingenciamento" de recursos. "É o "efeito líquido" da não aprovação do fim da desoneração, declarou o ministro da JBS e do BankBoston sobre o bloqueio.

O governo pressiona o Congresso Nacional para aprovar com urgência a Lei 8456, de 2017, que acaba com a desoneração da folha de pagamento para dezenas de setores que foram beneficiados com a medida criada no governo Dilma Rousseff. A desoneração reduziu o pagamento do Cofins e do PIS destinados à Previdência Social.

Com o fim da desoneração, Temer e Meirelles esperam assim desviar cerca de R$ 8 bilhões da Seguridade e fazer caixa para pagar os bancos.

Segundo o governo, foram separados R$ 1 bilhão para "suprir" custos da intervenção federal no Rio de Janeiro na área de Segurança Pública, um terço do montante de R$ 3,1 bilhões necessários – até o final da tarde de sexta-feira (22) -, de acordo com o interventor, general Braga Neto: R$ 1 bilhão para despesa com pessoal; R$ 600 milhões para pagamento de dívidas já existentes; e R$ 1,5 bilhão para custeio e investimento até o fim do ano.

O governo aumentou a estimativa de déficit primário (desconsiderando os gastos com juros) de R$ 154,805 bilhões para R$ 157,443 bilhões para este ano. A meta da LDO é de déficit de R$ 159 bilhões.

A chamada PEC a Morte (PEC 95/2016) estabeleceu um garrote nos gastos públicos, exceto os gastos com juros, que continuam livres. Mesmo assim, em 2017 o governo fechou o ano com um corte de R$ 20 bilhões no já arrochado Orçamento federal, recursos que deveriam ser utilizados em benefícios da população.

No relatório, foi reduzido de 3% para 2,97% a estimativa para lá de otimista para o Produto Interno Bruto (PIB) para 2018, considerando o resultado do ano passado, quando a economia teve uma variação de apenas 1%, inferior ao crescimento da população (1,5%), e sendo mantida a política de juros siderais e corte orçamentário.

Parente prepara entrega do gasoduto Nordeste da Petrobrás a estrangeiros

A diretoria da Petrobrás, comandada pelo lobista das múltis petroleiras, Pedro Parente, vai fazer mais uma negociata. Desta vez vai leiloar 90% do gasoduto Transportadora Associada de Gás (TAG), que atende a região Nordeste do País. Três empresas estrangeiras estão de olho na mamata. A francesa Engie, o fundo Mubadala, de Abu Dabi, e o consórcio formado pelo banco australiano Macquarie, a Itaúsa, da família Setúbal e a Brasil Warrant, dos Moreira Salles, os dois últimos, tradicionais testas de ferro de grupos estrangeiros.

O desmonte da Petrobrás, iniciado com os "desinvestimentos"de Aldemir Bendine, ainda no governo Dilma, e aprofundado no governo Temer, é apresentado como um "remédio" necessário para enfrentar as "dificuldades" da estatal. Só que, ao mesmo tempo que Parente fala em supostas "dificuldades", fecha um escandaloso acordo judicial, transferindo R$ 10 bilhões da Petrobrás para acionistas americanos. Ninguém em sã consciência faria um acordo tão lesivo à Petrobrás como esse. Este generoso pagamento bilionário aos acionista dos EUA seria uma recompensa por supostas perdas que eles possam ter tido como consequência dos escândalos de corrupção desvendados pela operação Lava Jato. Ou seja, a Petrobrás teve seus cofres arrombados pelo conluio de PMDB, PT e PP com o cartel do bilhão e, depois, ainda teve que amargar um pagamento de 10 bilhões por ter sido roubada.

Se concretizada, a transação com o gasoduto virá em seguida à entrega de 90% de outro gasoduto, a Nova Transportadora do Sudeste (NTS). A NTS foi adquirida pela canadense Brookfield, que ficou com 82,35% e pelo Itaúsa, que ficou com os restantes 7,65%. Com esse negócio, a estatal recebeu US$ 5,1 bilhões. Foram vendidos 12 gasodutos que, somados, têm 2.048 quilômetros de extensão. Este valor é 35% da meta que a empresa esperava conseguir com a venda. Esses gasodutos vendidos transportam 158,2 milhões de metros cúbicos de gás natural todos os dias e atendem as demandas de cinco contratos com vigência de, pelo menos, mais 22 anos em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

O porta-voz dos interesses das multinacionais, o lobista Adriano Pires, diretor da arapuca "Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE)", abriu o jogo e disse que Pedro Parente está fazendo o que o cartel das sete irmãs quer que se faça com a Petrobrás, ou seja, fatiá-la e vendê-la aos pedaços. "Aos poucos a estatal volta o foco para seu principal negócio, que é explorar e produzir petróleo. Não faz sentido ter investimentos nessas áreas", afirmou o funcionários do cartel. Nem isso é verdade, porque Parente está vendendo poços de petróleo também.

No ano passado, a Petrobrás vendeu uma fatia de 25% do campo de Roncador, concluiu o processo de abertura de capital da BR Distribuidora e vendeu o campo de Azulão, na Bacia do Amazonas. Estão previstos para este ano leilões de áreas do pré-sal, inclusive áreas da cessão onerosa, que pertencem à Petrobrás, e, também, a finalização das vendas dos gasodutos. No mês passado, até o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) foi obrigado a barrar a venda da Liquigás – empresa de gás de cozinha – para o grupo Ultra.

Todo o setor, como o de gás, que é monopólio natural, quando passa para mãos privadas, deixa de ser um monopólio público, que leva em consideração os interesses públicos, e passa a ser um monopólio privado, cujo único objetivo – por ser monopólio – é a obtenção de superlucros, sem levar em conta os problemas dos consumidores.

PTB apoia Márcio França ao governo de SP

A candidatura do vice-governador Márcio França (PSB) ao governo de São Paulo terá o apoio do PTB. Márcio França assume o governo de São Paulo no próximo dia 7 de abril, no lugar de Geraldo Alckmin (PSDB) que vai disputar a presidência da República.

Com o PTB, já são 14 partidos que estão apoiando França: PSB, PR, PPS, PV, PPL, PHS, PSC, Pros, Avante, Solidariedade, Podemos, PRP e PMB. Ainda há conversas com o PP e o DEM.

Márcio França vai assumir o governo paulista por nove meses. Ele disse que pode parecer que é pouco tempo, mas dá para fazer muito coisa. "No meu estilo, com vontade e, acima de tudo, com humildade e dedicação, dá para fazer", disse o vice-governador.

Consórcio que se apropriou de Viracopos entra com ação para desfazer negociata

O consórcio Aeroportos Brasil (ABV), administrador do Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas (SP), após os leilões de concessões de aeroportos do governo Dilma Rousseff - entrou com um mandado de segurança no Superior Tribunal de Justiça (STJ), na última quinta-feira (23), para se desfazer no negócio.

De acordo com a concessionária, o grupo entrou com a ação para pedir ao governo que estabeleça as regras para a chamada relicitação, pela qual a concessionária devolve o aeroporto e fica como uma espécie de "operação padrão", até que seja escolhida outra concessionária.

Caso o STJ negue a liminar, o consórcio avalia várias possibilidades para devolver a concessão. Entre elas, a solicitação de recuperação judicial, a rescisão unilateral do contrato ou a entrada de um novo sócio para tentar salvar o negócio - o que não deve ocorre por conta do processo de extinção do contrato de concessão do consórcio, instaurado pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

A empresa tenta há oito meses devolver a concessão de Viracopos. O grupo afirma que o aeroporto está passando por dificuldades financeiras por conta da frustração da demanda de passageiros e de cargas, que resultam da crise econômica, que atingiu o país nos últimos anos.

Privatização

O aeroporto de Viracopos foi leiloado em fevereiro de 2012, por R$ 3,821 bilhões, durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff. Naquele ano, a ex-presidente declarou que após a transição da administração pública para a iniciativa privada, o aeroporto seria o maior do país.

"O aeroporto, esse aeroporto de Viracopos, será, sem sombra de dúvidas, o maior aeroporto do Brasil. Aqui ficará o grande aeroporto deste País, ligado ao Trem de Alta Velocidade", disse Dilma Rousseff, em 20 de outubro de 2012, em uma visita à Campinas.

Porém, o que ocorreu durante todos estes anos em que a empresa administrou Viracopos, foram os atrasos nos prazos previstos em contrato, para a entrega de obras - do pátio, estacionamento e terminal de passageiros - para o dia 11 de maio de 2014, antes da Copa do Mundo. As obras só foram terminadas em 2016.

O contrato de concessão previa cinco ciclos de investimento, porém apenas um foi realizado.

Durante as obras de ampliação do aeroporto, foram registrados dois acidentes fatais, nos quais dois trabalhadores morreram. Em outro, 14 operários se feriram por causa de um desabamento.

Viracopos acumulou dívidas. Segundo dados do Serasa, obtidos pelo G1, no ano passado, o aeroporto está com o nome sujo, com 231 títulos protestados. E tem deixado de arcar com despesas gerais.

Neste ano, a ANAC instaurou um processo de extinção do contrato de concessão do consórcio Aeroportos Brasil por "descumprimentos de obrigações previstas no contrato de concessão pela concessionária", que pode culminar na declaração de "caducidade do contrato", ou seja, fim do contrato. E com isto, o aeroporto volta para o controle do governo. A empresa não realizou o pagamento de uma parcela do contrato de concessão de R$ 160 milhões, a chamada Taxa de Outorga. Houve também atraso no pagamento da outorga em 2016 e 2017.

Neste mês passado, a ANAC confirmou uma multa de pelo menos R$ 60 milhões contra a concessionária por entrega obras fora do prazo.

Com o Refis, bancos e cervejarias reduzem à metade impostos devidos

A implantação do Programa Especial de Regularização Tributária (Pert) ou REFIZ, em 2017, concedeu os maiores descontos aos bancos. Itaú Unibanco, Safra e Santander tiveram mais de 54% de redução nos impostos devidos. De um total de R$ 657,3 milhões vão pagar apenas R$ 302,0 milhões, conforme matéria da Folha.

Para as cervejeiras estrangeiras Ambev e a Heineken, que tomaram conta do mercado nacional, os descontos foram acima de 50%. Somadas a outras cervejarias, as dívidas atingem R$ 451,8 milhões.

As mil maiores dívidas junto ao Refiz, num total R$ 11,7 bilhões, representam um terço do montante das perdas da União com o benefício. Essa farra de descontos atinge até 90% nos juros de mora, 70% nas multas e até 175 parcelas mensais. Aí vai o dinheiro que falta na segurança do Rio de Janeiro e outras demandas sociais.

Esse Refiz foi bancado pelo governo, como moeda de troca para a aprovação do assalto à Previdência Social e para afastar as denúncias de corrupção, organização criminosa e obstrução de Justiça, do então Procurador Geral da República, contra Temer.

A mamata foi tal que o advogado Edison Fernandes, ex-conselheiro do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), que atuou para empresas nesses processos, declarou: "Atendi empresas que preferiram tomar empréstimo para aderir ao programa com 20% de entrada para ter descontos maiores".

J.AMARO

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio,67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: **Clóvis Monteiro Neto**
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 -
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Hélia Scheppa/SEI

Governador de Pernambuco e Jarbas

O que eles estão fazendo com Jarbas e Henry é uma violência, diz Paulo Câmara

O governador de Pernambuco, Paulo Câmara (PSB), afirmou ser uma "violência" a postura da cúpula do PMDB, que tenta afastar o deputado federal Jarbas Vasconcelos e o vice-governador Raul Henry do comando do partido no Estado.

"O que estão tentando fazer contra eles é uma das maiores violências da história política nacional. Mas essa luta não se encerrou. Ainda acredito que a Justiça há de prevalecer. Jarbas e Raul têm o nosso apoio e solidariedade", disse o governador, por meio de breve nota.

A executiva nacional do PMDB decidiu na semana passada, por 17 votos a 6, dissolver o atual diretório estadual de Pernambuco, retirando o comando da legenda das mãos de Jarbas Vasconcelos. O senador Fernando Bezerra Coelho foi escolhido o novo presidente no estado. Ele se filiou ao partido em setembro do ano passado.

O objetivo do presidente da sigla, Romero Jucá, é levá-la para a oposição ao governador Paulo Câmara. A intervenção no diretório pernambucano tinha sido autorizada pelo Tribunal Superior Eleitoral. Sábado (24), entretanto, uma decisão do ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu a intervenção da executiva nacional. Mas Jucá disse que vai recorrer da decisão.

Cientistas lançam o renomado Walter Neves para deputado federal

O antropólogo Walter Neves, da Universidade de São Paulo (USP), será candidato a deputado federal nas eleições de outubro pelo Partido Pátria Livre (PPL). Sua candidatura foi lançada por um grupo de acadêmicos preocupados com a situação política do País, denominado Cientistas Engajados.

"Os cientistas não podem ficar passivos diante do que está acontecendo com o Brasil", disse Neves em entrevista ao jornal "O Estado de S. Paulo".

A candidatura do cientista deverá fomentar uma discussão mais ampla sobre a necessidade de um maior engajamento da comunidade científica na política. "Do jeito que o sistema nacional de ciência e tecnologia está desmantelado, precisamos da participação direta de cientistas no parlamento", diz.

Para Neves, a comunidade científica precisa "descer do salto alto" e se engajar mais. Segundo ele, a ideia de que cientistas não deveriam se envolver com política representa uma "visão tacanha do mundo acadêmico", que infelizmente "ajuda a cristalizar aquela ideia de torre de marfim".

O pré-candidato destaca que seu objetivo não é representar apenas a comunidade científica, mas todos os brasileiros. "Jamais aceitaria um cargo desses para defender uma única agenda", comenta. "Minha bandeira número um será a justiça social. Não existe nenhuma razão real para qualquer pessoa passar fome no Brasil", diz Neves.

O cientista, hoje com 60 anos, é conhecido internacionalmente por seus estudos nas áreas de evolução humana e ocupação das Américas. Recém aposentado da universidade, ele foi professor titular do Departamento de Genética e Biologia Evolutiva, onde fundou o Laboratório de Estudos Evolutivos Humanos.

Neves é particularmente famoso pela descrição do fóssil Luzia, considerado o esqueleto mais antigo das Américas.

Além da candidatura do cientista a deputado federal, o grupo de acadêmicos decidiu lançar Mariana Moura para disputar uma vaga na Assembleia Legislativa de São Paulo. Ela é formada em Relações Internacionais e está concluindo o doutorado no Programa de Pós-Graduação em Energia do Instituto de Energia e Ambiente (IEE) da USP, desenvolvendo pesquisa sobre a transferência de valores na cadeia energética.

"Essa história de indulto para Lula é surreal, é esbórnia política", afirma Álvaro Dias

O senador Álvaro Dias, pré-candidato a presidente pelo Podemos, criticou a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que concedeu um salvo-conduto para Lula não ser preso. Para ele, outros políticos "enrolados" na Lava Jato, também festejaram a decisão.

"Não apenas Lula ficou animado após os ministros do STF terem aceitado analisar o habeas corpus. Outros políticos enrolados na Lava Jato, como os ex-ministros Antonio Palocci e José Dirceu, o ex-senador Gim Argello e o ex-tesoureiro do PT João Vaccari aumentaram as esperanças de que também poderão ser soltos até as sentenças transitarem em julgado".

"Essa história de indulto para Lula é surreal. Nem sequer discuto essa esbórnia política", declarou.

"Querem abrir as portas das penitenciárias, colocando nas ruas os barões da corrupção? Decisão do STF provocou enorme indignação!", observou.

Em um vídeo, Álvaro Dias comenta a decisão: "O voto suspeito de seis ministros do Supremo provocou grande indignação no país. Não poderia ser diferente. Afinal, o ex-presidente da República está acima das leis? E o Supremo é uma instituição dedicada a protegê-lo, evitando a sua prisão? Afinal, as leis governam os homens ou os homens do Supremo governam as leis? Quando uma instituição essencial ao estado de direito se divorcia das aspirações da sociedade, a República falece. A República faleceu. Nós vamos continuar defendendo a refundação da República".

Lula e Cunha são derrotados por unanimidade no TRF-4

Recursos contra suas condenações foram negados pelos 3 desembargadores da 8ª Turma do tribunal

Há muitas coisas interessantes nas decisões do Tribunal Regional Eleitoral da 4ª Região (TRF-4), que, na segunda-feira, rejeitou os "embargos declaratórios" de Lula (condenado a 12 anos e um mês de cadeia por corrupção passiva e lavagem de dinheiro roubado) e de Eduardo Cunha (condenado a 14 anos e 6 meses de cadeia pelos mesmos crimes – e, também, por evasão de divisas).

"Embargos declaratórios" são pedidos de esclarecimento sobre uma decisão judicial. No entanto, as questões levantadas por Lula – e o mesmo pode-se dizer das alegações de Cunha - já tinham sido esclarecidas no voto do relator do processo, desembargador João Pedro Gebran Neto, pela simples razão de que a defesa já havia levantado essas mesmas questões, quando do julgamento.

Assim, insistiu-se na mesma coisa, como se o papel da Justiça fosse responder sempre às mesmas questões, porque a defesa dos réus faz sempre os mesmos pedidos de esclarecimento – e somente para que o processo não saia do mesmo lugar.

Tanto o recurso de Lula quanto o recurso de Cunha foram feitos apenas para adiar a sentença definitiva do TRF-4. Do ponto de vista da sociedade – ou seja, do cidadão normal ou comum – tudo foi uma perda de tempo, em que aquilo que foi esclarecido voltou, como se nunca tivesse sido esclarecido.

Fora a tentativa de exaurir a paciência do público, há outra característica nessas questões: todas são completamente irrelevantes para o que interessa: as provas apresentadas contra Lula e Cunha. Estas ficaram intocadas – porque nenhum dos réus tem como tocar nessas provas, exceto se algum resolver confessar os crimes que elas expõem.

ESSÊNCIA

Na segunda-feira, a defesa de Lula anunciou que fará outros recursos ao TRF-4. Serão "embargos de embargos", ou seja, pedidos de esclarecimento das respostas aos pedidos de esclarecimento.

O nome disso, na Justiça, é procrastinação – a tentativa de postergar a decisão de um processo, sem outro objetivo senão adiar interminavelmente a execução da pena, seja a cadeia ou a inelegibilidade pela lei da ficha limpa.

Disse o advogado de Lula, José Roberto Batochio, que "não há postergação nenhuma. Recursos não são inventados pela defesa de Lula. Estão previstos na Constituição no ordenamento jurídico brasileiro".

É óbvio que, para postergar, ele só poderia usar algo que pertence ao "ordenamento jurídico brasileiro" - é exatamente isso que se chama procrastinação: usar recursos que existem (já que não se pode usar os que não existem) para um objetivo ilícito, qual seja, o de adiar a execução da pena.

Os casos de Lula e Cunha são muito parecidos. Nos processos que foram julgados pelo TRF-4, um recebeu propina, sob a forma de um triplex em Guarujá, redimensionado e aparelhado sob medida; o outro recebeu propina em dinheiro, encontrada em suas contas no exterior.

Os dois receberam propina para a mesma coisa: permitir e facilitar o assalto à Petrobrás.

Os dois dizem que são inocentes.

Lula diz que o triplex nunca foi seu, apesar de tê-lo visitado, com o dono da OAS, e orientado as modificações que, em seguida, foram feitas.

Cunha diz que as contas no exterior não são suas. Ele é apenas "beneficiário" delas (literalmente: "*Não há elementos de prova que seja titular, dono da conta, que possa movimentar a conta. Não escondi nada. O que efetivamente existe é um trust, ao qual o patrimônio não me pertence, não fui autorizado a movimentar a conta, não tenho titularidade... Não possuo investimentos não declarados.* ***O que possuo é ser beneficiário de um trust, com expectativa de direito***").

É difícil descobrir qual é o mais cara de pau, pois o triplex e o dinheiro existem.

Mas há, realmente, diferenças entre eles. Uma delas é que Lula tinha mais poder – e, agora, tem o privilégio provisório, dado pelo STF, que Cunha não conseguiu, de ficar solto, apesar da condenação pelo TRF-4 (ou seja, da condenação em segunda instância).

Aliás, os advogados de Cunha planejam entrar no STF – assim como os advogados de Geddel já entraram (v. matéria nesta página) – para que seja concedido a ele o mesmo privilégio de Lula. Afinal, dizem eles, a lei é para todos. Exceto, talvez, para os cidadãos honestos e decentes...

Portanto, não parece absurdo – ou aí mesmo é que tudo se torna um absurdo - que um promotor de Brasília haja pedido, para um ladrão de automóveis, o mesmo privilégio concedido a Lula:

"Se esta regra vale para o ex-presidente Lula, a de que ele não pode ser preso por qualquer atraso da Justiça, este princípio deve valer para todos", explicou o promotor Valmir Soares Santos. E completou: "A maioria dos réus que passa pela primeira instância são réus pobres, são pessoas que não terão recursos para levar o julgamento até o Supremo. Então, aquilo que o STF decidir para o ex-presidente Lula, penso que será um princípio que valerá para todos os casos semelhantes".

O juiz Osvaldo Tovani, da 8ª Vara Criminal de Brasília, concordou com o promotor e liberou o ladrão de automóveis.

Voltemos, então, aos outros ladrões, muito maiores que esse ladrão de automóveis, pois roubam todo um povo, todo um país.

A semelhança entre os casos de Lula e Cunha não é meramente exterior. Essa semelhança é uma consequência da identidade moral entre ambos. Nem um nem outro acha que receber propinas para permitir que a propriedade do povo – a Petrobrás – seja assaltada é um problema, um crime, sequer um erro. Pelo contrário, acham que política é esse esgoto.

Portanto, essa é uma semelhança **na essência – e não na aparência**.

As diferenças entre eles, estas, sim, são meramente exteriores.

INELEGÍVEL

O juiz Márlon Reis, principal elaborador da Lei da Ficha Limpa, declarou na segunda-feira, após o julgamento do recurso de Lula ao TRF-4, que Lula é inelegível. Aliás, já estava inelegível:

"A inelegibilidade já havia acontecido quando houve a condenação, mesmo antes dos embargos de declaração. O que houve foi uma manutenção do estado de inelegibilidade do ex-presidente Lula. A Lei da Ficha Limpa estabelece que após a condenação pelo órgão colegiado ocorre inelegibilidade mesmo que ainda caibam recursos. Esta é a situação dele hoje: de inelegível."

Mas é exatamente isso que Lula – e, evidentemente, Cunha e os demais corruptos – quer derrubar. Se querem ficar soltos após a condenação em segunda instância ("órgão colegiado"), por que não iriam querer, também, concorrer às eleições, **contra uma lei que ambos aprovaram**?

Na véspera de grandes explosões populares, a atitude daqueles contra os quais o povo se levanta, via de regra, é de completa inconsciência. De Luís XVI ao czar Nicolau II – e, claro, até Washington Luís – eles sempre acham que o povo tolerará infinitamente os seus abusos.

Mas isso não é verdade.

CARLOS LOPES

Lula Marques/AGPT — Marcos Oliveira/Ag. Senado

Ambos pretendem postergar a prisão após terem sido condenados

Geddel exige do STF o mesmo tratamento que foi dado a Lula

A defesa de Geddel Vieira Lima, que foi um dos ministros mais próximos a Temer, pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) a revogação de sua prisão. O pedido, encaminhado na sexta-feira (23) ao ministro Edson Fachin, tem como base no salvo-conduto concedido pelo tribunal a Luiz Inácio Lula da Silva até o julgamento de seu habeas corpus.

Os advogados citaram o julgamento no qual a Corte concedeu uma liminar para impedir que Lula seja preso até 4 de abril, quando o plenário do tribunal julgará o HC contra prisão após o fim da análise de recursos na segunda instância.

Geddel está preso preventivamente desde o dia 8 de setembro. A prisão ocorreu três dias depois que a Polícia Federal (PF) encontrou R$ 51 milhões em dinheiro em apartamento cedido ao político em Salvador. O dinheiro teria origem em um esquema de fraude na liberação de créditos da Caixa Econômica Federal, quando ele era vice-presidente de Pessoa Jurídica da instituição entre 2011 e 2013.

A defesa do ex-ministro afirmou ao Supremo que a origem dos R$ 51 milhões decorre da "simples guarda de valores em espécie".

A defesa alega ainda que, assim como Lula, Geddel não pode ser prejudicado "pela demora da prestação jurisdicional ao processado", e pede para que ele seja libertado até que um agravo regimental apresentado em outubro do ano passado seja julgado. Fachin tinha negado liberdade para Geddel.

Moro determina bloqueio dos bens de Cunha

O juiz Sérgio Moro, responsável pelas ações da Operação Lava Jato em primeira instância, determinou o bloqueio de US$ 5 milhões do patrimônio do ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha (PMDB-RJ). A medida abrange confiscos de três imóveis no Rio e uma fração de outra propriedade também na capital fluminense.

A decisão atende parcialmente a um pedido da força-tarefa da Lava Jato. O Ministério Público Federal havia solicitado o confisco também dos bens da mulher de Cunha, a jornalista Cláudia Cruz, dos filhos e empresas vinculados ao deputado cassado.

O seqüestro dos bens está ligado ao processo que o ex-deputado responde por corrupção passiva e lavagem de dinheiro em contratos dos navios-sonda Petrobrás 10000 e Vitória 10000. Cunha é denunciado por ser beneficiário de propina no valor de US$ 5 milhões, depositados no exterior por meio de contas em nome de empresas offshores e também dissimulados sob a forma de doações a uma instituição religiosa.

Eduardo Cunha já foi condenado a 15 anos em duas instâncias em outro processo, no qual foi acusado de receber US$ 1,5 milhão em propinas na compra do campo petrolífero de Benin, na África, pela Petrobrás, em 2011. Ele foi preso em outubro de 2016 e, atualmente, cumpre pena no Complexo Médico-Penal de Pinhais, no Paraná.

Lula pede para PM enquadrar manifestante de ovos

A caravana do Lula pelo sul do país, realizada às vésperas da decisão da Justiça sobre a sua prisão, foi bastante tumultuada. Depois de enfrentar protestos em Bagé, Santa Maria, São Borja e Chapecó, o ex-presidente praticamente não conseguiu discursar em São Miguel do Oeste, município de Santa Catarina. O palanque onde estavam os petistas na noite deste domingo (25) foi alvo de uma chuva de ovos. O ex-presidente teve que ser protegido por um guarda-chuva para não ser atingido.

Do palco, e, embaixo do guarda-chuva, Lula disse que esperava que a Polícia Militar tivesse a responsabilidade de entrar no imóvel "para pegar esse canalha e dar o corretivo nele, que ele precisa ter para não tacar ovos nas pessoas". "Esse cidadão está esperando que a gente fique nervoso, suba lá e dê uma surra nele", vociferou o petista, olhando na direção de onde vinham os ovos. "Esses caras devem ser débeis mentais", gritava Lula, referindo-se aos manifestantes que atiravam os ovos. Lula chegou a dizer que não vai dar a outra face. "A gente vai dar é porrada, se não respeitarem a gente", prometeu.

Mais cedo, a presidente do PT, senadora Gleisi Hoffmann, dirigiu-se aos manifestantes e chamou-os para que fossem até o palanque. Não funcionou. O que vinha em direção ao palanque eram ovos e mais ovos. "Tenham coragem de descer até aqui", dizia ela. "Vocês estão estragando alimentos, tomem vergonha na cara", gritava Gleisi, mas os ovos não paravam de chegar. A senadora afirmou, então, que se algo acontecesse a Lula, a responsabilidade seria do governo do Estado.

Leia mais no site www.horadopovo.org.br

João Goulart Filho encontra Calixto, da CNTI, e reforça que vai "revogar a reforma trabalhista"

Divulgação

Goulart com Calixto e dirigentes da CGTB

O ex-deputado João Goulart Filho, pré-candidato a presidente pelo Partido Pátria Livre (PPL), foi recebido na segunda-feira (26) pelo líder sindical, José Calixto, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI). A reunião, ocorrida na sede da entidade, discutiu o atual momento político e contou com a presença de vários diretores da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) e integrantes da diretoria da confederação. Calixto fez questão de convidar todos os diretores da entidade para conversar com João Goulart.

O encontro de um sindicalista de tradição getulista com o filho do ex-presidente Jango, que tanto fez pelos trabalhadores, foi histórico e serviu para que ambos passassem em revista a importância do trabalhismo e do nacionalismo na conquista dos direitos dos trabalhadores. "É muito importante a renovação na política brasileira num momento tão grave como este que estamos vivendo", destacou Calixto. "Uma candidatura com ligações tão profundas com o trabalhismo e o nacionalismo é muito bem vinda. Ela reforça a luta pelos nossos direitos, muitos deles conquistados no governo Jango, e que hoje estão ameaçados", acrescentou o sindicalista.

João Goulart afirmou que as conversas que tem tido com as confederações de trabalhadores e com diversos outros segmentos da sociedade reforçam sua convicção de que o país tem que revogar a reforma trabalhista, imposta recentemente, e que retirou direitos dos trabalhadores. "Esse é um compromisso partidário. O PPL defende essa bandeira. Nós vamos revogar a reforma trabalhista do Temer", garantiu o pré-candidato.

O pré-candidato do PPL disse também que tem orgulho de ser lembrado como o filho de Jango. Ele ressaltou que sua candidatura tem um compromisso de retomar o projeto de nação que foi interrompido com o golpe de 1964. "Vou retomar de onde parou. Vamos completar as reformas de base que não foram concluídas, como a reforma agrária, a reforma bancária, a reforma urbana, o controle da remessa de lucros, etc", completou João Goulart Filho.

A multinacional Norsk Hydro e o projeto de desmonte do estado

Crimes da mineradora norueguesa no norte do país expõe a necessidade do fim da Lei Kandir

ANTÔNIO CATETE*

Há um provérbio que diz que "pessoas medíocres falam de pessoas, pessoas comuns falam de fatos, pessoas inteligentes falam de ideias."

Convém analisar a questão do vazamento de rejeitos químicos da Hydro e o comportamento do Estado brasileiro e paraense de várias formas. Algumas manifestações destacam o desastre ambiental com sua repercussão na população e no entorno. Outros destacam os R$ 7,5 bilhões de renúncia fiscal em virtude da renovação de benefícios sobre o consumo de energia elétrica da empresa, ofertados pelo governo estadual.

Há os que dão maior ênfase para a não geração de empregos pelo setor que representa em torno de 30% do Produto Interno Bruto do Pará e ocupa menos de 0,5% da mão de obra. Há, ainda, aqueles que apenas querem promover o debate do palanque eleitoral em virtude das eleições que se avizinham.

Embora reconheça a procedência de todos os enfoques, é imperioso entender que está em andamento, há vários anos, um projeto de desconstrução do país e que, por consequência, decreta a falência do Estado nacional.

Não são poucas as manifestações a demonizarem o Estado brasileiro, defendendo que a esmagadora maioria das atividades seja entregue à iniciativa privada, na triste ilusão de que esses "grandes empreendimentos" cuidarão de tudo e de todos que lhes estejam afetos.

É, porém, infantilidade acreditar que empresas que têm o lucro como propósito venham a cumprir espontaneamente ou por "condicionantes" todas as suas obrigações, quer sejam ambientais, tributárias, trabalhistas etc., unicamente pelos belos e caridosos olhos da população necessitada ou pela consciência ecológica ambiental.

Não têm sido poucas as pessoas que perguntam: por que essas empresas não agem dessa forma nos países onde se sediam seus donos? Muito simples é a resposta: lá o Estado existe, é forte, respeitado e não transfere as suas responsabilidades ao empreendimento que deve ser acompanhado em todas as suas atividades, muito menos são concedidas "renúncias fiscais" e cobradas "condicionantes", diga-se esmolas para justificar as vultosas cifras que desfalcam o Estado.

A carga tributária suportada pelos noruegueses é de mais de 42% do PIB do país, sua população é inferior a do Pará, seu PIB é próximo ao do Brasil. Lá, ao contrário daqui, investe-se no Estado, cuida-se da população, oferece-se estrutura e oportunidade ao empreendedorismo. Em contrapartida, fiscaliza-se e os infratores sabem que as transgressões serão punidas.

No Brasil, diferentemente, criou-se a cultura de que quanto menos Estado e menos tributos, melhor para a população. A indagação pertinente que se faz aí é: para qual população? Renúncias fiscais são concedidas a rodo. Sucateia-se a máquina pública, desvalorizam-se os servidores, desgastam-se as instituições e, ao final, cobra-se do agente público a eficiência sem lhes dar condições mínimas para o desenvolvimento de suas atividades. Não se quer, com isso, justificar falhas individuais.

O setor de extração mineral no Brasil tem carga tributária inferior a 5%, diante de uma carga tributária média suportada pela população de aproximadamente 33%, onde os mais pobres suportam carga norueguesa e os mais ricos pagam impostos equivalentes a paraísos fiscais.

Com o advento da Lei Kandir em 1996, que teve suas previsões inseridas na Constituição Federal em 2010, passou a vigorar a desoneração sobre produtos primários e semielaborados para o exterior. Apenas para aclarar o que estamos a expor: caso as operações da Hydro fossem tributadas, seriam gerados aproximadamente R$ 400 milhões de ICMS por ano ao Pará, cabendo aos municípios dos solos explorados cerca de 100 milhões. Imagine o leitor como seria a qualidade de vida das pessoas e os serviços oferecidos à população. Seria muito mais do que alguns litros de água e umas cestas básicas.

Hoje, num cenário de Estado exageradamente concessivo, ao contrário de desenvolvimento, são gerados desastres ambientais, estagnação da produção tecnológica diante da exportação de produtos primários, a não diversificação produtiva e, por fim, a falência da economia local, com desemprego desesperador.

A ideia do presente artigo é fazer de mais esse desastre ambiental com seus muitos significados um motivo para de fato se repensar o modelo de Estado, mãe dos grandes milionários do Brasil e algoz da população mais necessitada. Em outras palavras, evocar o caso para debater a causa em busca de soluções.

O fim da Lei Kandir, defendido pelo Sindifisco em campanhas institucionais, acompanhado de uma reforma tributária que tenha como princípio a carga tributária proporcional à riqueza das pessoas, assim como o fortalecimento do Estado e o alívio aos mais necessitados, é o desafio e a oportunidade que se apresentam a todos os agentes sociais que querem, verdadeiramente, mudar a trajetória do Pará e do país. A hora é de fazer diferente de tudo o que está aí.

***Antonio Catete** *é auditor fiscal do Estado do Pará e presidente do Sindifisco-PA. Artigo retirado do Blog Ver O Fato, do jornalista Carlos Mendes*

Igor Brandão

"Num cenário de Estado exageradamente concessivo, ao contrário de desenvolvimento, são gerados desastres ambientais", diz o Sindifisco

Nove pessoas são mortas na Rocinha

Nove pessoas foram mortas – oito no sábado (24) e uma nesta segunda-feira (26), durante duas operações da Polícia Militar na comunidade da Rocinha, na Zona Sul do Rio de Janeiro. A ação desta segunda-feira foi realizada pelo Batalhão de Operações Especiais (Bope) e matou um homem, suspeito de envolvimento com o tráfico, segundo a PM.

De acordo com informações da PM, policiais do Bope faziam patrulhamento pela localidade conhecida como 199 quando "entraram em confronto com criminosos armados". No confronto, um homem foi ferido a bala e levado ainda com vida para o Hospital Miguel Couto, mas morreu ao dar entrada na unidade hospitalar. Segundo a PM, o homem portava um fuzil, que foi apreendido.

Segundo contaram moradores, na madrugada de sábado, policiais do Batalhão de Choque chegaram atirando em um baile funk que acontecia em localidade conhecida como Roupa Suja. Oito pessoas morreram.

Em versão oficial, policiais militares alegam que revidaram disparos de criminosos armados e que "houve confronto". Apresentaram, ainda, um fuzil, seis pistolas e três granadas que teriam sido apreendidos no local.

Os moradores relataram que as vítimas tinham se rendido, mas ainda assim, foram mortas. "A polícia chegou quebrando tudo. Atiraram na direção de quem estava na festa do (DJ) LC e também em quem correu quando ouviu os tiros", relatou uma moradora.

Um dos oito mortos na chacina foi o dançarino Matheus Duarte de Oliveira, de 19 anos. Depois de se apresentar, em São Gonçalo, com o grupo do projeto "Valsa Noite de Encantos" (que há mais de 20 anos proporciona aulas de dança para jovens carentes da favela), foi assassinado.

"Mais um negro e favelado nas estatísticas dessa cidade. É muito fácil dizer, sem provar, que o Matheus era bandido. Não era! Ele dançava em troca de um cachê, enquanto não arranjava um emprego fixo. Tinha acabado de tirar a carteira de trabalho. Antes de ser assassinado, tinha se apresentado", disse o professor do projeto Alexandre Izaías.

CRIMES

A crise da violência não se limita a capital fluminense, em Maricá, na região metropolitana do Rio, cinco jovens foram mortos a tiros. Os corpos foram encontrados, na madrugada de domingo (25), no conjunto habitacional Carlos Marighella, do programa Minha Casa, Minha Vida, em Itaipuaçu. Todos foram executados com tiros na cabeça por dois homens armados que estavam em uma moto.

Os crimes estão sendo investigados pela Delegacia de Homicídios de Niterói e São Gonçalo (DHNSG), que periciou o local em busca de evidências e está à procura de testemunhas.

Em meio à intervenção federal, com uso das Forças Armadas na segurança pública, o Rio de Janeiro continua vendo seu povo morrer e não registra mudanças nas áreas dominadas pelo tráfico de drogas e milícias. Um levantamento do número de mortes e de feridos, realizado pelo Correio do Povo revelou por meio do aplicativo Fogo Cruzado, que monitora em tempo real os atos de violência, os dados do primeiro mês de intervenção.

As tropas das Forças Armadas chegaram ao Rio em 17 de fevereiro — 24 horas após o presidente Michel Temer assinar o decreto de intervenção. Até 17 de março, ou seja, no período de um mês, 150 pessoas foram assassinadas na região metropolitana da capital. Já nos 30 dias anteriores à intervenção, entre 16 de janeiro e 16 de fevereiro, o número de homicídios fechou em 126, ou seja, ou aumento de 19% nas mortes.

ESTADO

O comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, afirmou em entrevista ao jornal "O Globo" que "Uma solução exclusivamente militar não irá resolver" a crise da segurança no estado. Embora tenha assegurado todo o apoio do Exército à intervenção, o general disse que é preocupante a frequência com que as operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) vêm ocorrendo e pediu "ação de governo efetiva".

"A experiência tem demonstrado que, após a saída das tropas, o crime organizado retorna às suas atividades e recupera o controle tácito local. É fundamental uma ação de governo efetiva nas esferas econômica e psicossocial, além de medidas que abordem questões importantes como uma eventual reforma na legislação criminal e no processo penal, a necessidade de melhoria no sistema prisional, dentre outras", disse o General.

Protesto condena morte de policiais

Policiais civis, militares e bombeiros do Rio de Janeiro, protestaram, no último domingo (25), em Copacabana, contra alto índice de mortes na profissão. O ato também homenageou Marechal, morador da Rocinha que foi morto em tiroteio semana passada.

O ato, que reuniu mais de mil pessoas, caminhou na Praia de Copacabana, para chamar a atenção de autoridades e da sociedade sobre o alto índice de mortes de policiais e denunciar a falta de estrutura de trabalho dos profissionais da segurança pública. Somente este ano foram 28 policiais mortos em serviço. Os manifestantes, incluindo familiares de policiais vítimas da violência do Rio, usaram faixas e cartazes como forma de protesto.

A mãe do soldado Felipe Santos de Mesquita, morto na última quarta-feira (21), durante uma troca de tiros entre PMs e bandidos, Ana Cissa, clamou por mais valorização do poder público aos policiais. "Preciso que haja Justiça, para que outras mães não passem pelo que eu estou passando agora. Só quem perde um filho sabe a dor. Enquanto os políticos defendem os bandidos, meu filho estava defendendo a pátria e a cidade dele. Agradeço a deus por tudo que ensinei ao filho. Ele dizia que se fosse para morrer, que fosse defendendo meu país e minha cidade", desabafou.

Marielle é homenageada na Câmara

Anielle Silva e Mônica Benício, irmã e companheira da vereadora Marielle Franco (PSOL-RJ), assassinada no último dia 14 no Rio de Janeiro, participaram no dia 22 de uma homenagem em sessão solene no Congresso Nacional. Emocionadas, elas cobraram a apuração do crime.

"As autoridades não devem só a mim a satisfação do que aconteceu com a minha mulher, porque isso não vai trazer ela de volta. Devem ao mundo o respeito e a satisfação do que aconteceu nesse crime bárbaro", afirmou Mônica, que completou "a Marielle se transformou em algo muito maior, ela virou um símbolo de esperança".

Marielle foi executada no Rio de Janeiro

Anielle agradeceu as milhares de manifestações de apoio e pediu respeito à irmã e a sua família. "Muita coisa está sendo dita que não é verdade", disse. Após sua morte, Marielle foi alvo de ataques com informações falsas propagadas nas redes sociais. "Independente de posição política, ninguém merece morrer como ela morreu, ninguém", afirmou.

Marielle foi assassinada na zona norte do Rio de Janeiro após sair de um encontro com mulheres negras, alvejada por quatro tiros. Seu motorista, Anderson Gomes, também foi morto no ataque.

Itaú admite a aquisição de obras de arte roubadas da Biblioteca Nacional

A perícia confirmou que as oito gravuras de Emil Bauch, expostas no Itaú Cultural, correspondem às furtadas da sede da Fundação Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. O ladrão de obras raras Laéssio Rodrigues de Oliveira revelou, em carta enviada ao jornal "Folha de São Paulo", que em 2004 vendeu as obras furtadas a Ruy Souza e Silva, ex-marido de Neca Setubal, herdeira do banco Itaú. O Itaú Cultural adquiriu as obras dele em 2005.

Na carta Laéssio destaca que Ruy Souza e Silva era seu cliente: "O dr. Ruy me forneceu uma nova lista de lâminas que ele queria que eu conseguisse pra ele. Desta feita, uma das obras que eu consegui subtrair para ele foi parte do conjunto das lâminas do raríssimo álbum litografado 'Souvenirs de Pernambuco' de autoria do alemão Emil Bauch que foi editado na Alemanha em 1852. Das 12 lâminas iconográficas do referido livro, eu apenas tive tempo de trocar 08 (oito) delas, através de uma cópia mui grosseira".

Ruy Souza e Silva confirma que comprou diversas obras para a coleção Brasiliana e as revendeu ao Itaú, mas nega que elas foram fruto de roubo. "Isso não ocorreu. Não comprei essas gravuras de Laéssio. As gravuras foram adquiridas em Londres na centenária loja Maggs Bros", afirma.

Já o Itaú Cultural, apresentou dois documentos de procedência. O primeiro é um recibo da compra de Ruy Souza e Silva na loja Maggs Bros, em 9 de novembro de 2004, onde está escrito "album of engravings of Brazil", não consta no documento o autor das obras ou número de gravuras adquiridas. O segundo documento é a compra pelo Itaú de oito gravuras de Bauch feitas em Pernambuco, em 17 de janeiro de 2005.

Letras do HP

O poema

Ana Lucia*

O poema fervilha
Rosa rubra debruçada
Janela esquecida
Gatos no cio do telhado
Sirene na noite, longe
Vem arranhar

O poema explode
Balas de fuzis zunem
O tiro nos olhos
Infâncias sucumbem
E todos os pássaros se calam
No instante despedaçado

O poema, o poema
Flor ou punhal soletrar,
Se dentro dele tudo arde
Tocar as mãos estendidas?
O manso luar?
Vento de mar, a brisa?

O poema, o poema
O que cantar?

*Ana Lucia é editoda da Hora do Povo

Tucano Paulo Preto é denunciado pela Lava Jato em SP

O ex-diretor da Desenvolvimento Rodoviário S.A (Dersa), Paulo Vieira de Souza, conhecido como Paulo Preto, e mais quatro pessoas foram denunciadas pelo Ministério Público Federal de São Paulo, nesta quinta-feira (22). Conhecido por ser o operador do PSDB nas obras do Rodoanel foi o primeiro acusado na Operação Lava Jato no estado.

De acordo com inquérito do MP, ele organizou o desvio de R$ 7,7 milhões, entre 2009 e 2011, nas obras do trecho Sul do Rodoanel, da avenida Jacu-Pêssego e das obras de ampliação da Marginal Tietê. O grupo liderado por Paulo Preto é acusado de introduzir quase 1.800 falsos beneficiários no cadastro de desapropriações e gerado pagamentos indevidos.

Paulo Preto é apontado como arrecadador de recursos de caixa dois para o PSDB. Além dele, foi denunciada uma de suas filhas, Tatiana Arana Souza Cremonini e José Casas Villela, chefe do setor de assentamento. Todos foram acusados por formação de quadrilha, peculato e inserção de dados falsos em sistema público de informação.

O tucano foi entre 2005 e 2006, sob a gestão de Alckmin, coordenador do grupo de investimentos rodoviários entre o Estado e os municípios, e a partir de 2007, quando José Serra assumiu o governo, diretor da Dersa, estatal que cuida das rodovias do estado.

Uma auditoria pela Dersa, encerrada em novembro de 2016, confirmou os desvios e concluiu que a maior perda ocorreu na obra do Rodoanel trecho Jacu Pêssego Sul, com prejuízo de R$ 6,3 milhões.

Uma funcionária da Dersa e a irmã dela também foram denunciadas. A funcionária além de inserir falsos beneficiários, usou parentes e pessoas ligadas à sua própria família, para desviar R$ 955 mil, em valores sem juros e correção. Porém, essas pessoas não teriam ficado com o dinheiro. A irmã da funcionária disse que sacava os valores e entregava a pessoas de confiança de Paulo Preto.

A funcionária contou aos procuradores do MP que, no período das fraudes, circulava muito dinheiro no setor em que trabalhava e que Paulo Preto e Villela mandavam entregar quantias a pessoas que indicavam.

Segundo a investigação, Paulo Preto também incluiu entre beneficiários seis pessoas que trabalhavam para sua família. Entre eles uma empregada doméstica, a babá de um neto, a filha da babá e uma secretária de um genro, por exemplo. Elas foram inseridas como atingidas pelas obras do Rodoanel Sul num trecho que não ocorreu qualquer remoção de moradores, informou a Dersa.

113 MILHÕES

O inquérito sobre o esquema de desapropriações não é o único envolvendo o ex-diretor da Dersa.

Em fevereiro, documentos do Ministério Público da Suíça, enviados ao Ministério Público Federal (MPF) em São Paulo, revelaram que Paulo Vieira de Souza possui R$ 113 milhões em quatro contas diferentes daquele país.

De acordo com o MP suíço, as quatro contas no banco Bordier & Cie em nome da offshore panamenha Groupe Nantes S/A, "cujo beneficiário é o investigado Paulo Vieira de Souza [...] atingiam o saldo conjunto de cerca de 35 milhões de francos suíços, equivalente a R$ 113 milhões, convertidos na cotação atual". Ainda segundo os suíços, os valores transferidos um banco em Nassau, nas Bahamas.

Rodoanel: Paulo Preto incluiu falsos beneficiários nas desapropriações

Trabalhadores em ato contra a medida

Petroleiros protestam contra fim de fábricas de fertilizantes

Trabalhadores da Fábrica de Fertilizantes e Nitrogenados da Petrobrás (Fafen) se manifestaram contra o fechamento de fábricas, anunciado pelo presidente da empresa, Pedro Parente, na segunda-feira passada dia 19. As fábricas que são fechadas são as de Sergipe e Bahia.

De acordo com o Sindicato dos Petroleiros de Alagoas e Sergipe (Sindpetro-AL/SE), desde 2012 a política do governo para com a Fafen é de desinvestimento, uma vez que desde então tem diminuído o quadro de funcionários e operado as fábricas abaixo de sua capacidade. "Pedro Parente mente quando diz que a Fafen dá prejuízo. Não é a primeira vez que tentam privatizar a Fafen. Em 1993 e em 2001 os trabalhadores resistiram através da luta e impediram que a fábrica fosse privatizada", aponta o Sindicato em nota.

A nota afirma também que a produção de fertilizante é uma atividade fundamental para a economia brasileira, tendo em vista que somos o quarto país que mais os consome do mundo, segundo a Associação Nacional de difusão de Adubos (Anda), mas que, no entanto, somos ainda muito dependentes de importações. "A privatização das fábricas de fertilizantes da Petrobras, caso sejam concluídas, serão um crime contra a economia do país e, principalmente, contra a vida dos trabalhadores e do povo mais pobre", diz a nota.

Por fim, afirmam que "o compromisso dos governos é hoje com os interesses das empresas e bancos estrangeiros, que financiam os políticos corruptos que estão no poder". E que dessa forma praticam uma recolonização do país, que terá "uma economia completamente dependente da exportação de matéria prima bruta".

O Sindpetro AL/SE tem organizado protestos contra o fechamento e pela retomada dos investimentos. Exige, também, a abertura das contas da fábrica.

Pedro Ladeira-Folhapress

Temer quer derrubar decisão do Supremo

Governo quer tentar resgatar MP do arrocho dos servidores

Após o Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, barrar a medida do governo federal que adia o aumento salarial do funcionalismo público e aumenta a alíquota de contribuição previdenciária de 11% para 14%, o governo Temer tenta acelerar o julgamento da ação na intenção de derrubar a decisão do ministro e aplicar o arrocho no funcionalismo.

A Advocacia-Geral da União (AGU) pediu à Presidência do STF prioridade na análise do processo de liminar concedida pelo ministro Lewandowski, a qual permanece sem data para votação. A ação do ministro suspendeu a MP do governo que adiava o reajuste.

O aumento dos servidores havia sido votado em 2016, no entanto Temer assinou uma Medida Provisória (805) em outubro de 2017, que, além de postergar os reajustes, também previa a elevação da contribuição previdenciária que valeria a partir de fevereiro para servidores ativos e inativos que ganham acima de R$ 5.645,80. A ação atinge 711.446 servidores do Executivo Federal, de acordo com dados do Ministério do Planejamento.

Mais de dez ações foram protocoladas no STF contra a MP, e, no início de dezembro, Lewandowski julgou procedente o pedido feito pelo PSOL, para que a medida fosse suspensa até a avaliação do mérito. Na época, o ministro Lewandowski entendeu que a proposta do governo reduzia os salários do funcionalismo. O ministro apontou que "os servidores públicos do Poder Executivo Federal serão duplamente afetados pelo mesmo ato. Primeiro, por cercear-se um reajuste salarial já concedido mediante lei; depois por aumentar-se a alíquota da contribuição previdenciária, que passa a ser arbitrariamente progressiva, sem qualquer consideração de caráter técnico a ampará-la".

Agora o governo procura não apenas suspender a decisão do ministro, como ainda por cima quer cobrar dos funcionários que devolvam os valores que receberam pelo reajuste, pagos desde janeiro. Essa idéia já foi, inclusive, defendida publicamente pelo ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira.

O aumento já havia sido acordado e foi, é importante ressaltar, garantido por lei. Foram contempladas as categorias de auditores-fiscais do Ministério do Trabalho e do Ministério da Fazenda; médicos-peritos do INSS, policiais federais, policiais rodoviários federais, entre outras.

TCM-SP: PL da Previdência tem caráter de "confisco salarial"

Sinpeem

Manifestação reuniu centenas de milheres na Avenida Paulista, na sexta

De acodo com Sindicato, trabalhadores não saem da rua até retirada do projeto

As mobilizações e pressão contra a reforma da Previdência de São Paulo (Projeto de Lei nº 621/2016) vem crescendo a cada dia. Com manifestações que tomaram as ruas nos últimos dias, milhares de servidores exigem a retirada do projeto, e, na semana passada, o Tribunal de Contas do Município (TCM) também se manifestou, em relatório, contestando os argumentos da Prefeitura para aprovar o texto que prevê a elevação da contribuição previdenciária para até 19% e a criação da previdência complementar privada.

De acordo com o relatório do TCM, publicado no último dia 20, "a alegação de redução do déficit previdenciário para a formação de recursos outros que não a proteção da seguridade social tem caráter de confisco, o que é vedado constitucionalmente". O relatório também aponta que "desde 2008, o município está adotando uma política de compressão dos salários, já que os servidores há anos não têm reajustes efetivos".

Ainda conforme o relatório, com a exceção de categorias que tem amplo poder de negociação, notadamente os funcionários da educação e da saúde, todo o restante dos servidores sofre com profundo achatamento salarial: "o percentual de reajuste acumulado entre 05/2008 e 05/2018 é de 1,06%, frente a uma inflação acumulada de 75,07% no mesmo período. Ao se cotejar a variação do indexador e os percentuais dos reajustes concedidos, constata-se que as perdas salariais dos servidores municipais são de 42,47%".

Por isso o relatório aponta que "a elevação da alíquota de 11% para 14% traz forte ônus aos servidores, que já têm sua remuneração defasada". E o problema pode piorar, já que existe a alíquota suplementar que pode chegar a 5%. Dessa forma, "a contribuição previdenciária atinge 19% da remuneração do servidor, o que pode configurar confisco", afirma.

Como se não bastasse, ainda há a questão do desconto do Imposto de Renda, com taxas que variam de 7,5% a 27,5% para quem recebe acima de R$ 1903,98 mensais. Para o TCM, essa fórmula "ultrapassa o limite do razoável e não respeita o princípio constitucional da capacidade contributiva do contribuinte (servidor) e da proibição de utilizar tributos com a finalidade de confisco".

À frente da manifestações contra o projeto, o Sindicato dos Profissionais em Educação do Ensino Municipal (Sinpeem), em greve desde 08 de março, realizou na tarde da última sexta-feira, 23, uma grande manifestação, com o apoio dos professores, demais servidores do município, pais e alunos da rede municipal. Em protestos anteriores, os servidores foram reprimidos com violência dentro da Câmara dos Vereadores, chegando a deixar oito pessoas feridas.

Após a concentração na av. Paulista, os manifestantes seguiram para a Câmara Municipal, onde os dirigentes do movimento denunciaram que o PL afronta os direitos de todos os servidores da Prefeitura de São Paulo. "Um verdadeiro confisco dos salários do funcionalismo", denuncia o Sindicato.

A argumentação da prefeitura não difere em nada daquela feita pelo governo federal na tentativa de aprovar a reforma da Previdência: as pessoas estão envelhecendo mais, o que gerou um déficit que atualmente é coberto pelo Tesouro, mas faltará dinheiro no futuro para pagar as aposentadorias.

"Para completar o descaso e a afronta ao funcionalismo municipal, na quinta-feira, 22 de março, o governo Dória iniciou campanha publicitária na televisão, afirmando que o aumento da reforma da previdência municipal é necessário para que a população tenha educação, saúde, habitação e segurança pública de qualidade. Ou seja, responsabiliza os servidores por algo que não fizeram, e que, na verdade, é fruto da má administração dos recursos públicos", continua a denuncia do Simpeem.

Ainda assim, o governo municipal pretende colocar o projeto em votação esta semana, até o dia 29 de março. Nova manifestação está marcada para esta terça-feira, 27, em frente à Câmara Municipal.

Assembleia reuniu multidão de professores em defesa de reajuste

Contra calote, milhares de professores de Minas Gerais decidem manter greve em assembleia

Professores da rede estadual de Minas Gerais decidiram, em assembleia realizada na última quinta-feira (22), que continuarão a greve pelo cumprimento de acordo de reajuste salarial firmado com o governador Fernando Pimentel (PT). Após a assembleia, os servidores realizaram manifestações em frente ao Palácio da Liberdade e na rodovia MG-010.

De acordo com o Sindicato Único dos Trabalhadores da Educação (Sind-UTE), a assembleia avaliou as propostas feitas durante audiência com o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), mas decidiu pela continuidade da greve. Conforme o Sindicato, a proposta não atende às reivindicações já que "cria uma cláusula de barreira para os trabalhadores ao condicionar os reajustes ao desempenho e limites prudenciais da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)".

O governador Pimentel assinara um acordo com a categoria com a garantia de que os salários seriam reajustados nos anos de 2016, 2017 e 2018. Porém, o petista vem descumprindo o acordo desde o ano passado, além do atraso no pagamento da terceira parcela do 13º salário, alegando dificuldades financeiras.

Os professores farão uma nova assembleia no dia 04 de abril para rediscutir a continuidade das paralisações.

Empresa de grife submetia bolivianos a até 15 horas diárias de trabalho

M.Officer é condenada em 2ª instância por trabalho escravo de bolivianos em S. Paulo

A M5 Indústria e Comércio, dona da marca de roupas M. Officer, teve condenação por trabalho escravo mantida em 2ª instância pela 4ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 2ª Região. A condenação diz respeito a operações feitas pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) há quatro anos.

O MPT identificou, em 2014, oficinas de costuras clandestinas com condições de trabalho, saúde e segurança precárias. Nelas trabalhavam e viviam seis bolivianos, que recebiam entre R$ 3 e R$ 6 por peça produzida durante sua jornada de 14 horas diárias. Ainda antes, em 2013, um casal, também de bolivianos, que produzia roupas exclusivamente para a marca, diz ter trabalhado das 7h até as 22h (15 horas diárias) em local sem divisão entre moradia e trabalho, além de um grande risco de incêndio.

A condenação em primeira instância ocorreu em 2015, e determinou o pagamento de R$ 6 milhões para o Fundo de Amparo ao Trabalhador. Essa decisão foi mantida pela 4ª Turma do TRT da 2ª Região em novembro do ano passado.

Nessa situação, a M5 pode ter seu ICMS suspenso pela Lei Paulista de Combate à Escravidão (14.946/2013), e ser impedida de qualquer atividade em São Paulo. A lei proíbe, também, que os sócios da empresa criem um outro ICMS para continuar os negócios por meio de outra empresa.

A M5 alega ter contratado uma empresa, que por sua vez subcontratou as oficinas, sem o conhecimento da primeira. Porém, para a Justiça, isso não retira sua culpa.

Desemprego é o que está derrubando arrecadação da Previdência, diz Cobap

A Confederação Brasileira dos Aposentados, Pensionistas e Idosos do Brasil (Cobap), afirmou, em nota, que o governo "divulga apenas os dados econômicos que lhes interessa politicamente, como por exemplo, o crescimento de 1% do PIB".

"Entretanto o Governo se faz de desentendido quando são divulgados os dados do desemprego que está em 12,2% da população economicamente ativa (PEA). Esse dado foi divulgado pelo IBGE. Em termos de quantidade de trabalhadores o país já possui cerca de 12,7 milhões de desempregados (Dados de 2018)".

"Com o desemprego em alta, quem perde muito é a Previdência Social. Com redução dos trabalhadores com carteira assinada, as contribuições previdenciárias dos empregados e dos empregadores caem e a perda de arrecadação é muito grande. Estima-se que com o atual quadro de desemprego no país a Previdência Social já perdeu cerca de 15 bilhões de reais. Para recuperar isso demora muito tempo", alerta a Cobap.

Agência Senado

Warley, pres. da Cobap

"Não haverá crescimento econômico sustentável sem resolver a questão do desemprego no país. Nenhuma economia cresce sem que haja investimentos industriais e aumento nos postos de trabalho. A economia cresceu 1% em 2017 por causa somente do setor do agronegócio. A indústria continua estagnada e o desemprego crescendo", destacou a Confederação.

Em acerto com PT, Maduro liberou US$ 4 bilhões para a Odebrecht

O presidente venezuelano interviu diretamente para acelerar os pagamentos à empreiteira assinalando *"muy urgente"* nos despachos

Ponte sobre o Orinoco, custosa obra que Odebrecht deixa inacabada

O presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, entregou mais de 4 bilhões de dólares para obras da Odebrecht em projetos financiados em parte com dinheiro do BNDES. O pagamento foi ordenado dias após a eleição de Maduro, em 2013, cuja campanha a construtora admitiu ter financiado em esquema de Caixa 2.

Nos documentos, o presidente frisava, de próprio punho, que realizar os pagamentos, que se estenderam até 2015, era 'muy urgente', assinala reportagem de Jamil Chade, na edição de domingo no jornal Estado de São Paulo.

O jornalista afirma ter tido acesso a documentos inéditos sobre os repasses de propina da Odebrecht e da Andrade Gutierrez para Nicolás Maduro, acerto que foi intermediado pelo ex-presidente Lula. Em troca de US$ 35 milhões para sua campanha em 2013, o presidente venezuelano daria "prioridade" para que recursos extra-orçamentários bancassem obras da Odebrecht.

Chade diz, na matéria, que parte das informações está na delação do ex-diretor da Odebrecht, Euzenando Azevedo, que prestou depoimento no Ministério Público Federal, em 15 de dezembro de 2016. Ele afirma que o venezuelano Américo Mata, apresentando-se como coordenador da campanha de Maduro, pediu contribuições para financiar a propaganda eleitoral.

Azevedo condicionou a ajuda a garantias de que o governo liberaria recursos para manter as obras. O então diretor da Odebrecht, para sustentar a relação entre os US$ 35 milhões para a campanha e a liberação dos recursos, apresentou ao MP sete documentos do governo venezuelano, todos assinados por Maduro.

As delações do publicitário João Santana e de sua mulher, Mônica Moura, reforçam as provas sobre a relação espúria entre a direção do PT e o governo venezuelano. Em agosto de 2017, em depoimento à Procuradoria da República em Salvador, Santana afirmou que existia uma espécie de financiamento cruzado entre campanhas do partido brasileiro e o pagamento das contas dessas operações pela Odebrecht "em países onde ela articulava negócios, como Angola, Venezuela e Panamá".

Os publicitários faziam campanhas mundo afora, com os contatos abertos por Lula e outros membros do PT por meio das sucursais da Odebrecht. No caso da Venezuela, isso aconteceu através da Polis Caribe SRL, com sede na República Dominicana. Eles registraram ainda que dos US$ 35 milhões negociados com Maduro em 2013, US$ 15 milhões não foram pagos.

Revelou que os restos a pagar da campanha de Lula, em 2006, se juntaram aos de outras campanhas. "O PT foi criando uma espécie de pirâmide somente interrompida em 2015, com uma dívida, jamais paga, superior a R$ 20 milhões", diz o documento do MP.

O valor era pago "por fora" utilizando recursos ilícitos que o PT tinha para receber de empreiteiros.

De acordo com a matéria do Estado, o elo principal da relação entre o PT e o governo venezuelano é a construção do metrô de Caracas. Maduro liberou US$ 311 milhões para as obras da Linha 5 do metrô da capital venezuelana, com recursos obtidos no BNDES. "As obras do projeto da Linha 5 contam com financiamento do BNDES, do Brasil", indica o documento assinado por Maduro. Eram também solicitados mais US$ 32 milhões para a Linha 6, também financiada pelo BNDES. A liberação de recursos continuaria: em 15 maio de 2013, mais US$ 12,2 milhões para obras da Odebrecht na Linha 2.

Em junho de 2014, Maduro recebeu um pedido de US$ 800 milhões para quitar dívidas com a Odebrecht. "Submete-se à consideração do presidente Nicolás Maduro a designação de recursos financeiros para o cancelamento da dívida que se mantém com a Odebrecht", diz o documento assinado por três ministros. Em 26 de janeiro de 2015, autoridades venezuelanas apresentaram uma lista de 10 obras da Odebrecht que precisavam da liberação de US$ 616 milhões e 268 milhões de euros. Desse total US$ 534 milhões viriam do BNDES, precisa a matéria.

A ex-procuradora-geral da Venezuela, Luisa Ortega Díaz, denunciou, além das irregularidades que envolvem os financiamentos das obras da Odebrecht, que a maioria delas fica inacabadas. A sistemática da empreiteira passou a ser jamais terminar a obra, pois o término desta seria também o término do roubo – e choviam aditivos elevando o custo sobre as obras inacabadas.

O processo de suborno em troca de contratos para obras governamentais foi se espalhando por pelo menos 9 países da América Latina. Assim, com parceiros em postos de mando – devidamente envolvidos com a propina – na Colômbia, México, Peru, Equador, Argentina, Venezuela, Guatemala, República Dominicana e Panamá foram obtidos contratos bilionários a favor da empreiteira.

O escândalo da Odebrecht já causou a renúncia, na semana passada, do presidente do Peru, Pedro Paulo Kuczynski e levou à destituição e condenação do vice-presidente equatoriano, Jorge Glas.

ASUNTO:

SE SOMETE A LA CONSIDERACIÓN DEL PRESIDENTE NICOLAS MADURO, LA ASIGNACIÓN DE RECURSOS FINANCIEROS PARA LA CANCELACIÓN DE LA DEUDA QUE SE MANTIENE CON LA EMPRESA CONSTRUCTORA NORBERTO ODEBRECHT, S.A.

PROPUESTA:

SE SUGIERE AL PRESIDENTE NICOLAS MADURO, APROBAR LA ASIGNACIÓN DE RECURSOS FINANCIEROS PARA LA CANCELACIÓN DE LA DEUDA QUE SE MANTIENE CON LA

EMPRESA CONSTRUCTORA NORBERTO ODEBRECHT, S.A.; ASÍ COMO, APROBAR LA ASIGNACIÓN DE RECURSOS FINANCIEROS PARA LA EJECUCIÓN DE LAS OBRAS DURANTE EL AÑO 2014

COMENTARIOS DEL PRESIDENTE NICOLAS MADURO:

DECISIÓN DEL PRESIDENTE NICOLAS MADURO:

APROBADO NEGADO VISTO DIFERIDO OTRO

"Muy urgente",assinala Maduro, no espaço destinado aos *Comentários do Presidente*

Manifestantes em Tóquio exigem: "Shinzo Abe na cadeia!"

Premiê é flagrado em negociatas com terras públicas

Uma manifestação se estendeu pelas ruas de Tóquio para exigir não apenas a saída do primeiro-ministro japonês, Shinzo Abe, mas também sua prisão.

"Cadeia para Abe!" era a palavra de ordem preponderante nos brados e cartazes conduzidos no domingo (25).

As manifestações acontecem após a eclosão de um escândalo de corrupção envolvendo premiê e sua esposa, que favoreceu um aliado político com a venda de terrenos públicos a 15% do preço de mercado.

"Estamos protestando para derrotar o governo Abe com nossas vozes e a ira do povo", afirmou um senhor de 69 anos, Fumiko Katsuragi, ao defender a renúncia de Abe. O primeiro-ministro se complicou depois que a informação sobre o caso de corrupção se alastrou pelo país após uma sessão no Parlamento, na qual Abe foi cobrado pela venda de terras públicas a uma escola privada ligada à primeira-dama. O lote foi vendido em 2016 por 15% de seu valor à rede de escolas privadas Moritomo Gakuen, da qual a primeira-dama era diretora honorária.

Abe tentou se safar colocando a culpa em seus assessores, o que ficou prejudicado pelo suicídio de um funcionário do Ministério das Finanças, encontrado morto no dia 7 de março. Junto ao corpo, um bilhete no qual o homem, que tinha cerca de 50 anos, afirmou que foi forçado a retirar o nome da primeira-dama, Akie Abe, de 14 documentos que a relacionavam ao lote vendido para a escola. As falsificações foram reconhecidas pelo Ministério das Finanças, que constatou a supressão do nome de Akie nos documentos.

Durante a marcha, os manifestantes também exigiram o fim da revisão constitucional prevista pelo governo para, permitir a militarização do país a pretexto do restabelecimento das Forças de Autodefesa do Japão, mudança que, aprovada, colocaria fim ao caráter pacifista da constituição do país.

"Nenhuma revisão constitucional ou guerra!", exclamavam os japoneses ao se referir a propostas de modificação agora apoiadas pelos EUA, que após a revisão, poderão, entre outras locupletações, vender suas armas ao país.

Promotoria peruana revista imóveis de Kuczynski e Justiça decide proibir a sua saída do país

Depois de perder a presidência do Peru por corrupção, Pedro Pablo Kuczynski ficou sem a imunidade que o cargo lhe proporcionava e enfrenta diversas ações. Logo após a aceitação pelo Congresso de sua demissão, na sexta-feira passada, a Promotoria abriu uma investigação por seus vínculos com a Odebrecht e outras empresas que foram favorecidas por Kuczynski em troca de vários milhões de dólares quando ocupou o cargo de ministro na década passada.

Por essas ações, o Congresso tinha pedido sua destituição, mas ele renunciou antes que esta fosse debatida e votada.

No sábado, 24 horas depois que deixou o Palácio de Governo, uma corte determinou o seu impedimento de saída do país por considerar que há risco de fuga.

No mesmo sábado, a promotoria revistou a residência do ex-presidente em um dos bairros mais ricos da capital peruana, uma segunda casa de sua propriedade, contígua à primeira, e ainda sua chácara em Cieneguilla, na periferia de Lima, apreendendo documentos, registros de transações bancárias e computadores.

O promotor Hamilton Castro assinalou que "há suspeitas de criminalidade" na relação de PPK com a Odebrecht e outras empresas desde quando foi ministro. O advogado de Kuczynski é César Nakasaki, o mesmo que defendeu Alberto Fujimori (1990-2000) nos processos de lesa humanidade e corrupção que acabaram numa condenação de 25 anos. PPK indultou em dezembro a Fujimori. Nakasaki, que virou especialista em defender políticos acusados de corrupção, também é advogado do ex-presidente Ollanta Humala (2011-2016), que está preso e também acusado de receber financiamento ilegal para sua campanha eleitoral.

Kuczynski tem vínculos com a Odebrecht desde 2004 quando ministro de Economia do governo de Alejandro Toledo (2001-2006), acusado de receber subornos da construtora. A relação, à época, se deu através de uma empresa de assessoria financeira de sua propriedade, a Westfield Capital, e de uma segunda empresa de assessoria, First Capital, de um sócio seu.

Ambas receberam mais de cinco milhões de dólares da Odebrecht. Está comprovado que após complexas articulações financeiras, que incluíam a transferência de dinheiro de uma consultora para outra e o uso de empresas offshore, mais de 3 milhões 400 mil dólares desse montante foram parar em contas pessoais de PPK.

Um dos projetos pelos quais a Odebrecht contratou a assessoria da Westfield foi para a construção da estrada interoceânica que une o Brasil com a costa peruana, obra pela qual a construtora confessou ter pago um suborno de 20 milhões de dólares ao ex-presidente Toledo para ganhar a licitação. Kuczynski teve um papel central no desfecho dessa armação.

Quando Kuczynski era ministro, a Westfield Capital também deu "assessoria" financeira ao consorcio TGP, que explora o gás de Camisea, a maior jazida de gás do país, que tem como acionista a petroleira texana Hunt Oil. Ao mesmo tempo, PPK também teve um papel central nas decisões do governo para permitir a exportação do gás que por lei estava reservado para o consumo interno e dar ao consórcio uma série de benefícios tributários.

Evo inaugura nova linha do teleférico de La Paz

"Nosso teleférico é o mais longo do mundo", declarou Evo

O presidente da Bolívia, Evo Morales, e o gerente da estatal Meu Teleférico, César Dockweiler, inauguraram sábado a "Linha Branca" do estratégico sistema de transporte, integrado às linhas de mais de quatro quilômetros de extensão entre El Alto e a capital, La Paz.

"Nosso Teleférico é único no mundo, o mais longo, o mais moderno, o mais ecológico, no transporte mais rápido, porém também está nas cidades mais altas do mundo", declarou Evo, após percorrer e inaugurar as operações da linha, que contará com 131 cabines e capacidade para transportar 3 mil passageiros por hora.

Considerada um marco na tecnologia, a obra contou com investimentos de US$ 60 milhões, e possui uma estação subterrânea e várias estações com elevadores, "todo um luxo para melhorar a qualidade de vida da capital", sublinhou o presidente.

MNP destaca contribuição da Lava Jato no combate à corrupção no Peru

A socióloga e professora da Universidade de San Marcos em Lima, Anahi Durand, coordenadora de Relações Internacionais do Movimento Novo Peru (MNP), afirmou que a operação Lava Jato teve papel chave no recente impeachment do presidente Pedro Kuczynski (PPK) e no combate à corrupção em seu país. Liderado por Verónika Mendoza, o movimento nacionalista alcançou 18,8% dos votos nas eleições presidenciais de 2016, convertendo-se na terceira força política.

"Temos que voltar ao ano passado com as primeiras denúncias sobre o caso Odebrecht e o envolvimento da construtora brasileira nas campanhas eleitorais das principais forças políticas brasileiras. Com base nas declarações de Marcelo Odebrecht, começa também a se descobrir o nível de corrupção que havia no Peru, tanto no recebimento dos recursos para campanhas eleitorais como a de Ollanta Humala, como os favores e vantagens para as empresas de PPK ganharem licitações com o governo", recordou Durand, em entrevista ao Venezuela en Vivo. Conforme a socióloga, foi a partir deste empurrão que "a promotoria começou a investigar e viu que o próprio presidente estava envolvido".

A dirigente do MNP ressaltou que "em dezembro, após várias escaramuças entre o legislativo e o executivo foi apresentado o primeiro pedido de impeachment", que não foi aprovado "porque o fujimorismo se dividiu entre um setor leal a Keiko Fujimori [que chegou em segundo lugar nas eleições presidenciais] e outro que ficou com seu irmão, Keinji, que votou contra o impeachment". "Em troca, PPK recompensou o apoio com o indulto a seu pai, Alberto Fujimori, três dias depois. Isso gerou ainda mais indignação na população", frisou.

"Depois do perdão a Alberto Fujimori, houve um momento de mobilização dos cidadãos e um rearranjo das forças políticas. No final de janeiro, uma nova moção foi apresentada como resultado de novas evidências que surgiram na mídia e de investigações feitas pela Promotoria no Brasil, que envolvem ainda mais PPK e suas empresas com casos de corrupção. Uma nova moção é então apresentada por nós, o Movimento Novo Peru, e outros grupos políticos", declarou. Como são necessários dois terços do parlamento para aprovar o impeachment, destacou a socióloga, "os operadores de PPK começaram então a comprar congressistas: 'o seu voto contra o impeachment em troca de cargos políticos ou dinheiro para obras na sua região eleitoral'. Estas negociações foram gravadas e divulgadas para a opinião pública. Foi revelado que PPK, em aliança com Kenji, estava usando o Congresso para fazer seus negócios. É muito revelador do nível de crise em que estamos. Nesse contexto, já não servia somente votar o afastamento. Por essa razão, PPK se viu pressionado a renunciar ao cargo de presidente da República".

Neste momento, avalia a dirigente, "o fujimorismo fica dividido e enfraquecido. Keiko fica com 50 parlamentares e o aparato político, seu irmão sai com 15 parlamentares e com o apoio do pai Alberto Fujimori". "Isso evidenciou uma disputa entre irmãos que se filmam, que fazem vídeos entre eles. E atenção: porque a Lava Jato também os atinge, porque Odebrecht confessou ter se encontrado com Keiko Fujimori e que pôs dinheiro na sua campanha", acrescentou. A dirigente do MNP enfatizou que Keiko e Keiji estão igualmente enlameados: "eles também não se salvam. Mas, apesar disso, seguem tendo o controle do parlamento, ainda formam a primeira força. O que lhes dá uma margem para poder negociar na fase de transição em que estamos entrando. Os fujimoristas, denunciou, "aprovaram o orçamento para o ano 2018, estão juntos para vender os portos do país e privatizar a economia".

Acesse a entrevista na íntegra:

http://horadopovo.org.br/movimento-novo-peru-lava-jato-expos-a-corrupcao-no-pais/

Polícia alemã adere à repressão de Rajoy e prende líder catalão

A detenção do ex-presidente da Catalunha, Carles Puigdemont, pela polícia alemã no domingo (25), no seu caminho da Finlândia para a Bélgica, provocou uma ampla reação dos catalães, que em manifestação, saíram às ruas de Barcelona denunciando a perseguição do governo espanhol e da União Europeia contra o líder independentista.

"Apelamos à opinião pública alemã de forma a lembrar" que a perseguição a Puigdemont "é muito grave. São fatos que merecem a condenação absoluta da União Europeia", afirmou ao site "El Periódico" a presidente da organização "Assembleia Nacional Catalã", Elisenda Paluzie, durante a manifestação que reuniu mais de 50 mil pessoas. Para ela, é "intolerável que existam presos políticos na União Europeia em decorrência da organização de um referendo".

Na Espanha, contra Puigdemont, pesam acusações por insubordinação, rebelião e fraude. Se considerado culpado, sua pena pode chegar a 25 anos de prisão. De acordo com a justiça, seu crime foi defender o separatismo catalão e organizar um referendo sobre a independência da região. O movimento ganhou peso na Catalunha na medida em que o governo espanhol afundou o país no ajuste imposto pela Troika (FMI, BC Europeu e União Europeia), disseminando o desemprego e os cortes aos direitos sociais da população para sustentar os mega-lucros dos bancos.

As manifestações contaram com milhares de pessoas reunidas em toda a região da Catalunha e, em Barcelona, a violência policial deixou cerca de 100 feridos. Mesmo entre os manifestantes, havia os contrários a independência da região, conforme defendido por Puigdemont, mas que consideram um absurdo a perseguição do governo espanhol, que emitiu um mandato de prisão contra o ex-presidente, e seis ordens de detenção junto aos europeus.

A visita de Puigdemont à Finlândia se deu enquanto este buscava dialogar com os legisladores do país sobre as demandas de seu movimento. Porém, ele foi obrigado a retornar com urgência à Bélgica, onde vive em exílio, após as autoridades finlandesas confirmarem o recebimento de seu pedido de extradição por parte do governo espanhol. "A Espanha solicitou a extradição de seu cidadão, que atualmente está visitando a Finlândia", informou o Departamento Nacional de Investigação da Finlândia em um comunicado emitido no sábado.

Com sua detenção pelas autoridades alemãs, sua extradição para a Espanha pode se arrastar pelos próximos três meses. Para seu advogado, Jaume Alonso Cuevillas, trata-se de uma situação delicada.

‘Vamos ser uma grande geração’, entoa a multidão com Renee King

Edna Chávez: “deter os tiroteios exige chegar às causas básicas da violência”

Na maior manifestação de jovens desde o Vietnã, “Marcha Por Nossas Vidas” em Washington, com 800 mil estudantes, exigiu o fim da violência nos Estados Unidos e da corrupção do Cartel do Rifle

Convocada pelos sobreviventes do massacre a tiros na escola secundária Marjory Stoneman Douglas, ocorrido há 40 dias, a ‘Marcha Por Nossas Vidas’ em Washington exigiu medidas urgentes contra a violência nos EUA e a corrupção do cartel do Rifle. 800 mil participaram da maior manifestação de jovens desde o Vietnã. Insistência de Trump em afrontar as vítimas, mantendo a venda dos AR-15 e propondo armar professores, empurrou a garotada às ruas.

Yolanda Renee, neta de Martin Luther King

A neta de Martin Luther King, Yolanda Renee, com a multidão repetindo suas palavras, anunciou a Trump e ao mundo “vamos ser uma grande geração”. “Votem-nos para fora”, cantou ainda a Marcha.

Nascidos sob o ‘sangue por petróleo’ de W. Bush, e criados sob o bailout aos bancos de Obama, os jovens querem respostas. O protesto em Nova Iorque juntou 200 mil pessoas, 85 mil em Chicago, 55 mil em Los Angeles, e mais milhares e milhares espalhados de costa a costa.

Uma oradora de Los Angeles, Edna Chavez, disse que deter os tiroteios em massa exigia chegar às “causas básicas” da violência, “mudar as condições que fomentam a violência”. Incluindo o desemprego, a desigualdade, a deterioração das escolas públicas, o corte de direitos. Foi ela também que disse que aprendeu a se esquivar dos tiros nos ‘barrios’ “antes de aprender a ler”.

SOBREVIVENTES

Em Washington, os sobreviventes da escola Marjory se encontraram com os chegados dos guetos, o pessoal do “Mãos ao Alto, Não Atire”, e todas essas formas de manifestação da “doença americana” – cujo sintoma mais agudo é a enésima Columbine de cada semana -, mas cujas raízes vão além.

Como revelado pela semana que passou, em que Trump assinou o orçamento aprovado pelo Congresso que dá US$ 700 bilhões para as guerras, golpes e ocupações do Pentágono e da CIA. Orçamento em que os imigrantes “dreamers” foram rifados.

Um ‘serial bomber’ se suicidou em Austin, depois de passar quase um mês matando e ferindo negros e latinos com caixas-bomba. Um jovem negro da Califórnia foi morto com 20 tiros no quintal da casa dos avós – algemado depois de morto – porque estava com um celular na mão. Também My Lai acabou de completar 50 anos e Abu Graib, 14.

Em um comovente depoimento, a sobrevivente Cameron Kasky assinalou como “milhares de jovens, meus colegas de turma, foram forçados a se tornarem adultos e foram alvos como adultos” na escola Marjory. “Temos que ficar ao lado daqueles que perdemos e consertar o mundo que os traiu”, conclamou.

Cameron leu o nome de cada um deles: Alyssa Alhadeff, Scott Beigel, Martin Duque Anguiano, Aaron Feis, Jaime Guttenberg, Chris Hixon, Luke Hoyer, Cara Loughran, Gina Montalto, Joaquin Oliver, Alaina Petty, Prado Pollack, Helena Ramsay, Alex Schachter, Carmen Schentrup, Pedro Wang e Nicolau Dworet”.

Continuando, ela disse que “pela primeira vez em muito tempo sinto esperança. A marcha não é o clímax desse movimento, é o começo. Hoje é um dia ruim para a tirania e a corrupção”.

Já Naomi Wadler, de 11 anos, disse estar ali para “representar as meninas afro-americanas cujas histórias não chegam ao noticiário da noite”, mas são “vítimas da violência” e se tornam “simples estatísticas”.

O estudante Trevon Bosley, de Chicago, que perdeu em 2006 um irmão que foi baleado e morto ao sair da igreja, denunciou que a epidemia de violência na cidade dele, “não começou da noite para o dia e foi causada por muitos problemas com os quais ainda não estamos lidando até hoje”.

“Quando você tem uma cidade que sente que é mais importante ajudar a pagar por um complexo universitário e esportivo, em vez de financiar escolas e comunidades empobrecidas, você tem violência armada. Quando você tem uma cidade que sente que precisamos de mais bicicletas Divvy no centro de Chicago para turistas, em vez de mais fundos para programas de força de trabalho que tiram caras das ruas, você tem violência armada”, sublinhou Trevon.

“É hora de se preocupar com todas as comunidades igualmente. É hora de parar de julgar algumas comunidades como dignas e algumas comunidades como indignas”, convocou, chamando a “parar de julgar os jovens que se parecem com meu irmão ou que vêm de comunidades empobrecidas. Chegou a hora de os Estados Unidos perceberem que os tiroteios diários são problemas cotidianos”.

Não são “diferentes violências”, são diferentes expressões da violência que a plutocracia ianque desencadeou contra seu próprio povo, e contra os povos do mundo, na insana busca de impor seu ‘excepcionalismo’, especulação e ganância - e deter a decadência.

No entanto, outra geração se levanta para “ter um sonho” e, quem sabe, ir mais longe que os que os antecederam tão honradamente. Daqui a um mês, a tragédia de Columbine completará 19 anos. Como disse o cineasta Michael Moore, “há as armas, mas o problema não é só as armas”.

Na histórica Avenida Pensilvânia, Yolanda Rennee King convocou: “Vocês podem repetir essas palavras depois de mim, por favor? Espalhem a palavra!”. Multidão, em coro: “Espalhe a palavra!” Yolanda: “Vocês já ouviram falar?”... Multidão: “Vocês já ouviram falar?”... Yolanda: “No país inteiro!”... Multidão: “No país inteiro!”... Yolanda: “Nós”... Multidão: “Nós”... Yolanda: “Vamos ser”... Multidão: “Vamos ser”... Yolanda: “Uma grande geração”... Multidão: “Uma grande geração”...

ANTONIO PIMENTA

Papa aos jovens: “façam barulho, não se calem”

Durante a celebração da Jornada Mundial da Juventude, no domingo de Ramos, no Vaticano, o Papa Francisco fez uma conclamação aos jovens para que “façam barulho”, e citou a resposta de Jesus Cristo aos fariseus de ontem e de sempre: “Se eles calarem, gritarão as pedras”.

O Papa lembrou que “há muitas maneiras de tornar os jovens silenciosos e invisíveis; muitas maneiras de os anestesiar e adormecer para que não façam ‘barulho’, para que não se interroguem nem ponham em discussão”. “Há muitas maneiras de os fazer estar tranquilos, para que não se envolvam, e os seus sonhos percam altura tornando-se fantastiquices rasteiras, mesquinhas, tristes”, acrescentou. “Queridos jovens, a alegria que Jesus suscita em vós é, para alguns, motivo de irritação, porque um jovem alegre é difícil de manipular”, sublinhou Francisco.

“Nesta celebração, parecem cruzar-se histórias de alegria e sofrimento, de erros e sucessos que fazem parte da nossa vida diária como discípulos, porque consegue revelar sentimentos e contradições que hoje em dia, com frequência, aparecem também em nós, homens e mulheres deste tempo: capazes de amar muito… mas também de odiar (e muito!); capazes de sacrifícios heroicos, mas também de saber ‘lavar-se as mãos’ no momento oportuno; capazes de fidelidade, mas também de grandes abandonos e traições”, assinalou.

De acordo com o Sumo Pontífice, frente às adversidades, a juventude precisa tomar a linha de frente. “Cabe a vós não ficar calados. Se os outros calam, se nós, idosos e responsáveis - muitas vezes corruptos - silenciamos, se o mundo se cala e perde a alegria, perguntovos: vós gritareis? Por favor, decidi-vos antes que gritem as pedras”.

Trump troca general McMaster pelo traficante de guerra Bolton

Após nomear a torturadora Gina Haspel para dirigir a CIA, o presidente Trump acaba de trocar seu conselheiro de segurança nacional, ex-Homeland, general McMaster, pelo ex-embaixador de W. Bush na ONU no auge de invasão do Iraque, John Bolton, reforçando um time que já conta com o general ‘Cachorro Doido’ Mattis no Pentágono e o deputado do Tea Party, Mike Pompeo, no Departamento de Estado.

Com um time desses, para a revista Counterpunch, é a volta da ‘teoria do doido’, com que Nixon buscou reverter sua triste situação no Vietnã, e cuja base era passar a ideia de alguém ‘fora de controle, capaz de qualquer desatino’. O que nem é tão difícil assim, como Trump no twitter e Bolton na artilharia.

Apologista da tortura e do desprezo ao direito internacional, Bolton também foi um dos principais articuladores da invasão do Iraque e das mentiras sobre as “armas de destruição em massa”. É adepto do “bombardeio preventivo” do Irã (junto com Israel) e da Coreia do Norte”, e das “mudanças de regime”.

Não esconde sua gana contra a Rússia, e contra a China, da qual diz que “um presidente com disposição a atuar com valentia” poderá “deter e logo reverter” a marcha “aparentemente inexorável” de Pequim. Almeja detonar o princípio da “Uma só China”. Também é dele a frase de que, se o prédio da ONU, de 38 andares, em Nova York, “perdesse 10 andares, não faria diferença”.

Mas é o livro de Mike Wolff, sobre a campanha de Trump, que trás a melhor descrição dele, feita por um ex-diretor da Fox News, já morto. “É um estranho filho da puta, mas pode-se precisar dele”. Agora, se vai durar muito até o “está demitido” do presidente-reality-show, aí é outra história.

Kremlin afirma que acusações da Inglaterra ‘beiram o banditismo’

O porta-voz do Kremlin, Dmitri Peskov, afirmou que as acusações do governo da Inglaterra em relação ao pretenso envenenamento do ex-espião russo Serguei Skripal são de uma “desfaçatez inaudita, sem precedentes e beiram o banditismo”. Em entrevista ao canal de televisão russo NTV, Peskov disse que a tarefa do seu governo é “enfrentar essa provocação” e questionou: “o que está por trás disso?”

Porta-voz Dmitri Peskov: ‘O que está por trás disso?’

O porta-voz informou que o presidente russo Vladimir Putin mantém-se tranquilo diante da leviandade das acusações feitas pelo governo inglês em relação à investigação do envenenamento de Serguei e da sua filha Yulia. “Ao contrário” da primeira-ministra da Inglaterra, Theresa May, destacou Peskov, Putin tem-se mostrado “muito correto”, mantendo “a calma e a serenidade”.

De acordo com as autoridades britânicas, Serguei Skripal, de 66 anos, e Yulia, de 33, foram hospitalizados no dia 4 de março após supostamente terem inalado um gás neurotóxico que afirmam ser Novichok, mas sem prova alguma. Os dois permanecem em estado crítico, mas estável.

Agindo como agentes estadunidenses, os ingleses expulsaram 23 diplomatas russos do seu território e congelaram as relações bilaterais.

Sustentando que nada tem a ver com o caso Skripal, a Rússia afirmou que “será guiada pelo princípio da reciprocidade” e anunciou como represália a expulsão de igual número de diplomatas britânicos e o fim das atividades do British Council (organização internacional do Reino Unido para relações culturais e oportunidades educacionais) no país.

Peskov ressaltou que situações semelhantes já aconteceram na história das relações internacionais, condenou o açodamento inglês e disse estar “convencido da falibilidade dessas decisões”.

Na semana passada, o presidente do Conselho Europeu, Donald Tusk, já havia comentado sobre a possibilidade de que os estados-membros da União Europeia adotassem medidas contra Moscou.

Washington expulsa 60 diplomatas russos

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciou a expulsão de 60 diplomatas e funcionários da Rússia no país, além do fechamento do consulado na cidade de Seattle. Os oficiais russos estavam a serviço na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, e representavam o governo russo na capital Washington, mas foram apontados como “espiões trabalhando nos EUA sob uma capa diplomática”.

Conforme a “inteligência” dos EUA, a decisão foi uma resposta ao pretenso envenenamento do ex-agente russo Sergei Skripal e de sua filha Yulia na Inglaterra. A Rússia negou qualquer envolvimento no caso e declarou que não responderia aos ultimatos provocativos de Trump.

Em sua “justificativa”, o governo norte-americano alegou que os nomes constantes na lista são de pessoas que trabalham em operações secretas de inteligência da Rússia, que “minam a segurança nacional dos Estados Unidos”. Já o fechamento do consulado em Seattle seria porque ele abrigaria um “centro de inteligência russo”, muito perigoso por sua proximidade com uma Base Naval dos EUA.

Em sinal de completa indigência e submissão aos interesses provocativos norte-americanos, a Inglaterra tomou à frente na campanha de difamação contra a Rússia. Logo depois, Alemanha, Espanha, Estônia, Croácia, Dinamarca, Finlândia, França, Holanda, Itália, Letônia, Lituânia, Polônia, República Tcheca, Romênia e Suécia, além da Ucrânia e do Canadá, anunciaram a expulsão de diplomatas russos.

O embaixador da Rússia nos Estados Unidos criticou a expulsão e responsabilizou Washington de minar as relações bilaterais: “Posso dizer que os EUA não entendem nada além de força”. “Quero ressaltar que, até hoje, não há uma única evidência da interferência russa na investigação do caso Skripal e que a melhor abordagem para sua resolução é uma investigação calma e profissional dentro da Organização para a Proibição de Armas Químicas, onde todos os países interessados estão representados”, enfatizou.

China admite deixar de comprar títulos do Tesouro para retaliar ‘guerra’ dos EUA

“Estamos analisando todas as opções”, afirmou o embaixador chinês nos EUA, Cui Tiankai, ao ser indagado pela Bloomberg se a China poderia deixar de comprar títulos do Tesouro dos EUA, em resposta às medidas de guerra comercial anunciadas por Trump, com sobretaxas de US$ 60 bilhões a produtos chineses. A China é o maior detentor de títulos do Tesouro dos EUA (US$ 1,168 trilhão) – o que corresponde a 18,7% da dívida, seguido de perto pelo Japão.

A China, que já divulgou lista inicial de produtos norte-americanos que poderiam ser retaliados em reciprocidade no valor de US$ 3 bilhões, declarou que não quer a guerra comercial, mas “não tem medo” dela. Para Cui, qualquer medida “unilateral” de Washington “certamente prejudicaria a vida cotidiana das pessoas de classe média americanas, das empresas americanas e dos mercados financeiros”.

O pretexto para as sobretaxas alegado pelo governo Trump foi que a China esta “roubando” a propriedade intelectual das corporações ianques, ao impor condições para que estas produzam e faturem no país com a segunda maior economia do mundo. Trump vem “exigindo”, ainda, que a China corte “US$ 100 bilhões” no seu “superávit comercial”. A GM, por exemplo, já vende mais carros na China do que nos EUA.

A chamada “opção nuclear” também foi referida pelo Washington Post, que registrou trechos de um artigo de um especialista do Ministério do Comércio chinês, Mei Xinyu, no China Daily, em que este considera a possibilidade de vender títulos do Tesouro e minar o mercado de ações dos EUA para fazer – nas palavras do Post – “Trump sentir dor”.

Como medida inicial de resposta, Mei aconselha um “um ataque de precisão. “A China deve primeiro tomar medidas para desferir um golpe nos setores econômicos dos EUA que ajudaram Trump a vencer a eleição presidencial e aqueles estados cujos líderes políticos ainda o apoiam nas eleições de meio deste ano”.

Por trás da gritaria sobre a “defesa da indústria dos EUA”, está a pressão para que os bancos americanos tenham “maior acesso ao mercado chinês”, conforme se depreende de artigo do Wall Street Journal, sobre carta dirigida a Pequim, que também reivindica redução nas tarifas das importações de automóveis e aumento nas compras de semicondutores fabricados nos EUA.

Quanto às sobretaxas, apesar da China ter 48% da produção de aço do planeta, na exportação do produto para os EUA é apenas o 11º. Pequim também tem contestado os números de Washington para o déficit, denunciando que é inflado e enganoso, por ignorar que, como no caso dos iphones, cuja montagem é feita no país asiático, só representa 3-6% do valor agregado.

O que, no caso do Iphone importado da China, registrado como déficit por aparelho por quase US$ 1.600 (já descontados US$ 260 de componentes americanos exportados para a China), de valor agregado no país asiático mesmo, só corresponde US$ 65, conforme o zerohedge.

No sábado, o novo vice-primeiro-ministro chinês Li He alertou ao secretário do Tesouro, Steve Mnuchin, de que a China “defenderá seus interesses”. O Goldman-boy Mnuchin telefonou para “parabenizá-lo pela nomeação”. Nesse morde e assopra, Liu sugeriu em uma conferência com executivos em Pequim que seja mantida uma “atitude pragmática” entre China e EUA e “negociações para resolver diferenças e fricções”.

Por que a prisão após a 2ª condenação é legal, justa e necessária - (parte 2)

Continuação da edição anterior

O desembargador João Pedro Gebran, no julgamento de Lula no TRF4, analisou a questão sob o ângulo do que significa a "presunção de inocência": depois das provas e da culpabilidade (ou não) do réu ser examinada por quatro juízes diferentes (um em primeira instância e três em segunda instância), com direito a ampla defesa, em um processo mais do que público, é possível ter a mesma "presunção de inocência", em relação a alguém que foi condenado duas vezes, do que aquela que existia antes dessas duas condenações?

Ps. O artigo, que por questão de espaço publicamos aqui em partes, já está disponível na íntegra em nosso site ***horadopovo.org.br***

Sala do TRF4 durante o julgamento de Lula

CARLOS LOPES

Quanto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), o "recurso especial" (uma inovação da Constituição de 1988) somente pode ter efeito suspensivo se houver um requerimento – e, portanto, um julgamento – específico, que, evidentemente, pode concedê-lo ou não (artigo 1.029, § 5º do novo Código de Processo Civil, que é de 2015, e artigo 995: "*Os recursos não impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso*").

No entanto, aqui, o "efeito suspensivo" é a exceção (cf. o comentário do jurista José Tadeu Neves Xavier in **Novo Código de Processo Civil** anotado, OAB/RS, Porto Alegre, 2015, p. 812).

A regra é determinada pelo fato de que o "recurso especial" não tem, automaticamente, efeito suspensivo, pela simples razão de que o STJ, assim como o STF, ao contrário dos Tribunais de Justiça dos Estados e dos Tribunais Regionais Federais, não é um tribunal de apelação. Ou seja, não reexaminam o mérito dos processos. Sua função é vigiar se, no procedimento dos tribunais que lhe são inferiores, houve o cumprimento das normas ("princípios e regras") da legislação ordinária (STJ) ou da Constituição (STF).

É claro que, para exercer tais funções, esses tribunais têm que interpretar o texto das leis e da Constituição.

CESSAÇÃO DA INOCÊNCIA

Então, em processo criminal, a segunda instância (Tribunais de Justiça dos Estados ou Tribunais Regionais Federais) é a última a examinar a culpa ou inocência do réu.

O desembargador João Pedro Gebran Neto, no julgamento de Lula no TRF4, analisou a questão sob o ângulo do que significa a "presunção de inocência": depois das provas e da culpabilidade (ou não) do réu ser examinada por quatro juízes diferentes (um em primeira instância e três em segunda instância), com direito a ampla defesa, em um processo mais do que público, é possível ter a mesma "presunção de inocência", em relação a alguém que foi condenado duas vezes, do que aquela que existia antes dessas duas condenações?

"… a condenação em segundo grau", escreveu Gebran Neto, "por si só, é fundamento idôneo para que se permita o cumprimento imediato da pena. Neste caso, diferente da prisão cautelar, tem-se por premissa que '*a presunção de inocência não é absoluta e perde força no decorrer do processo, pelo menos após condenação, ainda que de primeira instância*' (HC 114.688, Luiz Fux, STF). Tal perda de força é mais intensa com a condenação em segundo grau."

No mesmo julgamento, o desembargador Leandro Paulsen, revisor do processo e presidente da 8ª Turma do TRF4, considerou:

"… essa Turma passou a adotar o entendimento pela execução da pena a partir do exaurimento da segunda instância. E por que isto? **Porque o exaurimento da segunda instância exaure também o juízo de culpabilidade, se o crime ocorreu ou não, quem são os seus autores, se houve ou não culpa**. Portanto, os elementos necessários para uma condenação se exaurem na segunda instância" (grifo nosso).

E, mais adiante, disse Paulsen:

"Essa turma adotou, antes mesmo da modificação do entendimento do Supremo Tribunal Federal, a posição de que se tinha que dar início à sentença, independentemente da pertinência de recursos excepcionais.

"E excepcionais por quê? Porque embora possam funcionar como um instrumento de defesa, o recurso especial [ao STJ] e o recurso extraordinário [ao STF] são recursos para a preservação do sistema, a preservação da lei federal, da Constituição da República e, por isso, não são dotados de efeitos suspensivos".

No mesmo julgamento, o desembargador Victor Laus afirmou, sobre a condenação em segunda instância: "Uma vez confirmado o juízo de culpabilidade, é dizer, **cessado o estado de inocência**".

SESSÃO DE 2009

Resumindo a questão:

O Direito brasileiro garante ao cidadão, acusado de um crime, dois julgamentos – ou seja, garante que seu caso, depois de julgado em primeira instância (nas Varas da Justiça estadual ou federal), possa ser reexaminado por um tribunal de segunda instância (Tribunais de Justiça dos Estados ou Tribunais Regionais Federais), que são órgãos colegiados, ou seja, compostos por vários juízes (desembargadores).

A isso, os juristas chamam "duplo grau de jurisdição".

Não por acaso, fala-se em **duplo** grau de jurisdição – e não em triplo ou quádruplo grau de jurisdição.

Como a segunda instância é a última que examina o mérito da questão (culpado ou inocente), os recursos a instâncias superiores (STJ ou STF) não suspendem a execução da pena.

Mas, então, qual é a função do STJ ou STF, ao examinar recursos contra decisões da segunda instância?

Esses tribunais examinam se as normas (princípios e regras) legais e processuais foram obedecidas durante os julgamentos anteriores (na expressão do ministro Teori Zavascky, os recursos ao STJ e STF, "*não têm por finalidade específica examinar a justiça ou injustiça de sentenças em casos concretos. Destinam-se, precipuamente, à preservação da higidez do sistema normativo*").

Por exemplo, eles examinam se ao réu foi proporcionado amplo direito de defesa.

Tudo isso era ponto pacífico até 2009, quando houve, no STF, o julgamento de um habeas corpus impetrado por um homicida, um certo Omar, já condenado duas vezes (na verdade, três, se contarmos com o primeiro julgamento, que foi anulado), pelo Tribunal do Júri e pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Para espanto de muitos, o STF aprovou o voto do relator, Eros Grau, segundo o qual um condenado somente poderia ser preso após sua sentença "transitar em julgado", ou seja, terem se esgotado todos os recursos, inclusive aqueles em terceira (STJ) e quarta instâncias (STF).

Votaram contra essa decisão as ministras Cármen Lúcia e Ellen Gracie, e os ministros Joaquim Barbosa e Carlos Alberto Menezes Direito.

Durante esse julgamento, o ministro Joaquim Barbosa definiu, com propriedade, a posição aprovada pela então maioria do STF:

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA: "Nós estamos criando um sistema penal de faz-de-conta. Sabemos que, se tivermos que aguardar o esgotamento dos recursos especial e extraordinário, o processo jamais chega a seu fim. Nós sabemos muito bem disso. Basta olhar as estatísticas. (…) não conheço nenhum país que ofereça a um réu tantos meios de recurso como o nosso.

"Sou Relator, nesta Casa, de uma série de habeas corpus relacionados a uma estrepitosa ação penal que tem curso no Estado de São Paulo. Só em relação a um dos réus, nos últimos quatro ou cinco anos, foram julgados nada menos do que sessenta e dois recursos. Dezenas deles da minha relatoria, alguns da relatoria do ministro Eros Grau, outros da relatoria do ministro Carlos Britto, aqui nesta Corte.

"Portanto, o leque de opções de defesa que o ordenamento jurídico brasileiro oferece ao réu é imenso, inigualável. Não existe nenhum país do mundo que ofereça tamanha proteção. Portanto, se resolvermos, politicamente –**porque essa é uma decisão política** -, que o réu só deve cumprir a pena esgotados todos os recursos, ou seja, até o recurso extraordinário julgado por esta Corte, temos que assumir **politicamente** o ônus por essa decisão."

E, sobre a comparação feita por Eros Grau entre o direito à propriedade e o direito à liberdade:

"… a discussão está indo por um rumo em que se faz o cotejo, o paralelo entre o processo penal e o cível. Mas estamos esquecendo de que, no processo penal, o réu dispõe de outros meios de impugnação que não existem no processo cível. (…) Aqui estávamos estabelecendo essa discussão entre o processo cível. **Não. É uma decisão política**. Queremos ou não um sistema penal eficiente, eficaz? Ou queremos um sistema penal de faz-de-conta? É exatamente isso" (STF, HC 84078/MG, pp. 1.135 a 1.137, grifos nossos).

IMPUNIDADE

A decisão de 2009, evidentemente, passava por cima da lei, ao conferir caráter suspensivo da execução da pena "para todo e qualquer recurso contra decisão penal condenatória de forma indistinta" (inclusive àqueles impetrados no STJ ou STF), como aponta o juiz Barbagalo, autor de um livro agora famoso, "**Presunção de Inocência e Recursos Criminais Excepcionais: em busca da racionalidade no sistema processual penal brasileiro**".

Porém, essa é a questão jurídica. Vejamos a matriz ideológica do texto, escrito pelo ministro Eros Grau:

"*A Corte que vigorosamente prestigia o disposto no preceito constitucional em nome da garantia da propriedade não a deve negar quando se trate da garantia da liberdade, mesmo porque a propriedade tem mais a ver com as elites; a ameaça às liberdades alcança de modo efetivo as classes subalternas. Nas democracias mesmo os criminosos são sujeitos de direitos. Não perdem essa qualidade, para se transformarem em objetos processuais. São pessoas, inseridas entre aquelas beneficiadas pela afirmação constitucional da sua dignidade (art. 1º, III, da Constituição do Brasil). É inadmissível a sua exclusão social, sem que sejam consideradas, em quaisquer circunstâncias, as singularidades de cada infração penal, o que somente se pode apurar plenamente quando transitada em julgado a condenação de cada qual. Ordem concedida*" (STF, HC 84.078, rel. min. Eros Grau, 05/02/2009).

Em nome de supostos direitos dos desfavorecidos, o ministro Eros Grau, e os colegas que o acompanharam, aprovaram uma decisão que só beneficia quem tem dinheiro.

Em nome dos direitos das pessoas, aprovou-se uma decisão que somente beneficia os criminosos endinheirados que atentam contra as pessoas, pois é evidente que os pobres não têm condição alguma de arcar com os altos custos de um recurso – quanto mais de vários – ao STJ ou STF.

Para confirmar tal assertiva, curiosamente (mas não surpreendentemente), o primeiro beneficiado com a impunidade foi o homicida que motivou o voto do ministro Eros Grau (e, portanto, a "nova" jurisprudência de 2009 do STF, de conferir efeito suspensivo da execução da pena ao que não tem, na lei, efeito suspensivo algum). Vejamos o seguinte relato:

"Movido pela curiosidade, verifiquei no sítio do Superior Tribunal de Justiça a quantas andava a tramitação do recurso especial do Sr. Omar. Em resumo, o recurso especial não foi recebido pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, sendo impetrado agravo para o STJ, quando o recurso especial foi, então, rejeitado monocraticamente (RESP n. 403.551/MG) pela ministra Maria Thereza de Assis.

"Como previsto, foi interposto agravo regimental, o qual, negado, foi combatido por embargos de declaração, o qual, conhecido, mas improvido.

"Então, fora interposto novo recurso de embargos de declaração, este rejeitado *in limine*.

"Contra essa decisão, agora vieram embargos de divergência que, como os outros recursos anteriores, foi indeferido.

"Nova decisão e novo recurso. Desta feita, um agravo regimental, o qual teve o mesmo desfecho dos demais recursos: a rejeição.

"Irresignada, a combativa defesa apresentou mais um recurso de embargos de declaração e contra essa última decisão que também foi de rejeição, foi interposto outro recurso (embargos de declaração).

"Contudo, antes que fosse julgado este que seria o oitavo recurso da defesa, foi apresentada petição à presidente da terceira Seção.

"Cuidava-se de pedido da defesa para – surpresa – **reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva**.

"No dia 24 de fevereiro de 2014, o eminente Ministro Moura Ribeiro, proferiu decisão, cujo dispositivo foi o seguinte: '*Ante o exposto,* ***declaro de ofício a extinção da punibilidade do condenado, em virtude da prescrição da pretensão punitiva da sanção a ele imposta****, e julgo prejudicado os embargos de declaração de fls. 2090/2105 e o agravo regimental de fls. 2205/2213*'" (cf. Fernando Brandini Barbagalo, "**Presunção de Inocência e Recursos Criminais Excepcionais: em busca da racionalidade no sistema processual penal brasileiro**", TJDFT, 2015, p. 119).

LABIRINTO

Em 2016, no entanto, como já dissemos, no julgamento de um Habeas Corpus que tinha como relator o ministro Teori Zavascky, o STF mudou sua jurisprudência, voltando àquela de antes de 2009.

O motivo do apavoramento dos criminosos com a jurisprudência atual é que, se não fora ela, não existiriam obstáculos para a sua impunidade – não somente para evitar a cadeia, mas qualquer pena.

Como escreveu a procuradora geral da República, Raquel Dodge, a prevalecer a jurisprudência de 2009, que deixava solto o criminoso até que se decidissem **todos** os recursos, inclusive aqueles que, pela lei, não têm efeito de suspender a execução da pena, a situação seria a seguinte:

"O complexo sistema recursal permite que, na prática, o condenado só deixe de apresentar recursos quando se 'conformar' com a condenação, o que pode jamais ou tardar muito a acontecer. (…) há sempre a possibilidade de novos recursos contra as sucessivas decisões no curso da ação penal, impedindo o trânsito em julgado da decisão condenatória" (PGR, Parecer N.º 176/LJ/2018-REFD).

E, mais adiante, no mesmo parecer:

"**Na prática, a defesa pode interpor infindáveis recursos contra a condenação e protrair o trânsito em julgado da condenação**. A defesa tem tido o incentivo de fazê-lo por saber que o réu não será preso enquanto o trânsito em julgado não ocorrer. **Por isso, não é difícil que a prescrição da pretensão punitiva** [o arquivamento do processo sem que o condenado seja punido] **ocorra com frequência**.

"Antes de 2016 (quando o STF aprovou o precedente vinculante e permitiu a execução provisória da pena), centenas de condenações penais prescreveram, depois de ter sido reconhecida a prática do crime e a culpa do réu (em geral após a condenação pelo juiz e pelo tribunal). **Simplesmente deixou-se de dar cumprimento a tais condenações penais por causa da prescrição: ou seja, por demora processual**. A sensação de impunidade e a descrença na Justiça em razão dessa constrangedora realidade são notórias".

Como nota a procuradora, "este quadro tem outro problema. Embora o sistema incentive recursos protelatórios, **o fato é que nem todos os acusados têm condições financeiras para pagar os altos custos da interposição de recursos.** (…) **Alguns poucos, com condições financeiras para pagar os custos de sucessivos recursos contra a condenação, logram livrar-se da sanção penal**. Ao assim fazê-lo, todavia, estes poucos abarrotam o Poder Judiciário de recursos protelatórios, em detrimento dos vários outros jurisdicionados que aguardam uma resposta judicial para seus conflitos" (PGR, idem, grifos nossos).

A procuradora resume o "emaranhado recursal", descrito pelo juiz Barbagalo em seu livro, também mencionado pelo ministro Teori Zavascki no voto que mudou a jurisprudência do STF sobre o tema, em 2016 (se ao leitor lhe parecer difícil entender esse labirinto, lembramos que **mais importante é entender que é um labirinto** – e infinito, para aqueles que têm dinheiro para percorrê-lo, sem que haja punição):

"I) Todos os acórdãos condenatórios dos Tribunais brasileiros podem ser objeto de recursos para o STJ e para o STF.

"II) Caso tais recursos não sejam admitidos no tribunal intermediário, é cabível interpor agravo nos próprios autos (artigo 1.042, CPC), que o presidente do Tribunal intermediário não pode obstar, deve processar (artigo 1.042, § 2º, CPC) e remeter (nos próprios autos) ao STJ ou ao STF, para que a decisão sobre o não recebimento dos recursos especial ou extraordinários seja revista pelo Tribunal ad quem (STJ ou STF).

"III) Quando o réu entender que a decisão permite interpor simultaneamente recursos (especial e extraordinário), deverá apresentá-los conjuntamente. Se ambos forem rejeitados, deverá, igualmente, insurgindo-se, apresentar dois recursos de agravos (artigo 28, Lei n. 8.038/90 e artigo 1042, §6º, CPC). Entretanto, os autos inicialmente serão remetidos ao Superior Tribunal de Justiça (artigo 27-§3º da Lei 8.038/90 e artigo 1031, caput do CPC), salvo quando a matéria constitucional for prejudicial ao tema tratado no recurso especial, caso em que será encaminhado o agravo (nos próprios autos) ao Supremo Tribunal Federal (artigo 27-§ 4º da Lei nº 8.038/90 e artigo 1031-§ 1º do CPC) para verificar a prejudicialidade e se ocorrer, decidir o recurso, para só então, encaminhar os autos de volta ao STJ.

"IV) Caso seja admitido o recurso especial, apenas após o seu julgamento e de todos os seus sucessivos recursos dentro do STJ é que os autos seguirão finalmente ao STF.

"V) Rejeitado pelo Relator o agravo contra a decisão que inadmitiu os recursos, caberá agravo regimental para a Turma (artigo 28, § 5º, Lei n. 8.030/90 e artigo 1.021, CPC).

"VI) Resolvida a questão pela Turma, poderão ser apresentados embargos de divergência (artigo 29, Lei n. 8.038/90 e artigo 1.043, CPC).

"VII) Em qualquer destas hipóteses, sempre poderá ser apresentado embargos de declaração quando o réu entender que a decisão não é suficientemente clara, apresenta ambiguidade ou contradição (artigo 263, RISTJ).

"VIII) Nesse ínterim, é sempre possível a apresentação de recurso de embargos de declaração contra decisão que analisou anteriormente o mesmo recurso (os chamados embargos dos embargos de declaração) desde que o fundamento seja distinto.

"IX) Terminada a fase no STJ referente ao Recurso Especial e seus vários consectários, não havendo possibilidade de outros recursos nesse tribunal, determina-se a baixa dos autos para a execução da condenação.

"X) No entanto, se o réu tiver interposto conjuntamente o Recurso Extraordinário e o Especial, os autos deverão agora seguir ao Supremo Tribunal Federal para análise do agravo, e todo o caminho delineado acima pode ser repetido no Supremo: a possibilidade de agravo regimental com a denegação do agravo (artigo 317, RISTF), os embargos de divergência (artigo 330, RISTF) e sempre (decisões colegiadas ou monocráticas) os embargos de declaração (artigo 337, RISTF) e outros embargos de declaração."

Se essa situação é injusta em geral, nos casos de corrupção – isto é, roubo de dinheiro público – atinge o absurdo, de tanta injustiça, pois o dinheiro que o condenado usa para escapar da punição, pagando advogados que fazem infinitos recursos, é o dinheiro que ele roubou da coletividade. Assim, ele usa o dinheiro pilhado da sociedade para burlá-la mais uma vez, ao escapar da pena.

Continua na próxima edição